



INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE PERNAMBUCO - IFPE  
Campus Recife

Departamento de Meio Ambiente, Saúde e Segurança – DASS

Coordenação do Curso de Licenciatura em Geografia – CGEO

BRENO MACIEL OLIVEIRA COUTINHO

**FORMAÇÃO E CARACTERIZAÇÃO SOCIOESPACIAL DO  
COMPLEXO BEIRA-MANGUE, BAIRRO DE RIO DOCE, OLINDA –  
PE: um comparativo das presenças e ausências do poder público na  
produção socioespacial entre as unidades Beira-Mangue I Beira-Mangue II**

**Recife  
2021**

BRENO MACIEL OLIVEIRA COUTINHO

**FORMAÇÃO E CARACTERIZAÇÃO SOCIOESPACIAL DO  
COMPLEXO BEIRA-MANGUE, BAIRRO DE RIO DOCE, OLINDA –  
PE: um comparativo  
das  
presenças e ausências do poder público na produção socioespacial  
entre as unidades Beira-Mangue I Beira-Mangue II**

Trabalho de conclusão de curso apresentada ao Departamento Acadêmico de Meio Ambiente, Saúde e Segurança – DASS, Coordenação do Curso de Licenciatura em Geografia do Instituto Federal de Ciência e Tecnologia de Pernambuco, como requisito para obtenção do título de Licenciado em Geografia.

**Orientador:** Prof. Me. Mário Ferreira da Silva Melo.

**Recife  
2021**

Ficha elaborada pela bibliotecária  
Maria do Perpetuo Socorro Cavalcante Fernandes CRB4/1666

C871f  
2021

Coutinho, Breno Maciel Oliveira

Formação e Caracterização Socioespacial do Complexo Beira- Mangue, bairro de Rio Doce, Olinda –PE : um comparativo das presenças e ausências do poder público na produção socioespacial entre as unidades Beira-Mangue I Beira Mangue II./ Breno Maciel Oliveira Coutinho . --- Recife: O autor, 2021.

89f. il. Color.

TCC (Curso de Licenciatura em Geografia) – Instituto Federal de Pernambuco, Departamento Acadêmico de Ambiente, Saúde e Segurança - DASS, 2019.

Inclui Referências

Orientador: Profº. Ms. Mário Ferreira da Silva Melo

- 1.
1. Crescimento Urbano. 2. Formação sócioespacial. 3. Expansão Urbana.
  4. Segregação sócioespacial. I. Título. II. Melo Mário Ferreira da Silva (orientador). III. Instituto Federal de Pernambuco.

CDD 307.764098164 (Edição 22)

BRENO MACIEL OLIVEIRA COUTINHO

**FORMAÇÃO E CARACTERIZAÇÃO SOCIOESPACIAL DA BEIRA-  
MANGUE II, BAIRRO DE RIO DOCE, OLINDA – PE: UM  
COMPARATIVO DAS PRESENCAS E AUSÊNCIAS DO PODER PÚBLICO  
NA PRODUÇÃO SOCIOESPACIAL ENTRE AS UNIDADES BEIRA-  
MANGUE I E BEIRA- MANGUE II**

Trabalho de Conclusão de Curso  
apresentado ao Curso de Licenciatura  
em Geografia do Instituto Federal de  
Educação, Ciência e Tecnologia de  
Pernambuco – *Campus* Recife, como  
requisito para a obtenção do título de  
Licenciado em Geografia.

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado e **APROVADO** em 31 de maio de  
2021 pela Banca Examinadora:

Mário Ferreira da Silva Mélo (IFPE/CGEO) –  
Orientador Mestre em Geografia – UFPE

Paulo José de Albuquerque Marques da Cunha (IFPE / Campus  
Garanhuns) Examinador Externo  
Mestre em Gestão de Políticas Públicas - FUNDAJ

Wedmo Teixeira Rosa (IFPE/CGEO) – Examinador  
Interno Doutor em Geografia – UFPE

Recife – PE  
2021

## AGRADECIMENTOS

Para começo de conversa, preciso informar que eu não sou muito bom em expressar bem meus sentimentos, por isso vou logo avisando para não esperar grandes coisas desses agradecimentos.

Antes de qualquer outra pessoa, necessito agradecer a minha mãe, quem sempre foi um alicerce em minha vida, sempre lutou muito para oferecer o melhor para mim e minha irmã, e que apesar das brigas, sempre foi a pessoa que sempre esteve por mim ao longo de todos esses anos. Também foi a pessoa que me gerou, aguentou as dores do parto para dar a luz a este ser magnífico que está aqui hoje redigindo este trabalho de conclusão de curso.

Quero agradecer a minha irmã, que também sempre esteve comigo nessa caminhada que chamamos de vida.

Agradeço também a todos os meus familiares, de minha família materna, meu tio Erivan, meus primos Claiton e Edvan, que agora serão pais e principalmente minha avó Ana. De minha família paterna, meu pai, minhas tias Ciene, Perla, Sandra e Débora, minha avó, dona Rita, meu Avô, seu Coutinho.

Entre meus amigos agradeço a todos os meus companheiros de curso, Marinalva, Jonny, João, Natália, Maria Vitória, Izaldo (a rainha do curso de geografia, quem me ofereceu a coroa para governar as gay desse curso) Camila, Cassandra, Fábio Mário, Ingrid, Eloizy, Henrique (marido de Eloizy), João Victor, Claudinha (minha parceira de álcool e de frustrações), Joyce (a mais gostosa do curso), Áquila, Wallace, a Flávia (maravilhosa), a Thiago (que é liberal mas é meu amigo), Bianka, Evellyn, Kelly, meus companheiros de Rio doce CDU, Henrique, Marlla, Renata, Wallace etc... faço uma agradecimento muito mais que especial para as minhas gay, Diogo, Felipe, Miguel, Binho e minhas duas Best, Lucas (Bode) e Gustavo (truqueira).

Também agradeço as minhas grandes amizades de fora do Curso. Débora do Greg, Rebeca Yanca, Evany, Plíncio, Hiago, Sócrates, Héricles, Pâmela, Aline, Manu, Rian, Paulinho, Leozinho, Amanda Pietra, Kássia Helen, Ana Beatriz, Wendell, Kettle Marques, toda essa galera que me acompanharam do ensino fundamental no colégio da polícia e do próprio IFPE, no ensino médio, e continuam comigo até hoje como grandes amigos. Adoro todos vocês, em especial você Débora, caramba nega, a gente passou por cada situação né?

Nem sei como a gente ainda tá vivo depois de tudo.

Obviamente não posso esquecer dos meus mestres, tanto aqueles que me acompanharam desde criança e cujo nomes já nem me lembro mais, até os meus mestres do curso de Geografia, em especial Tio Gustavo, que me acompanhou desde o Ensino médio, meu orientador, Mário Mello, que tolerou meus atrasos de entrega desse mesmo TCC e quase nunca perdeu a paciência, mesmo quando tinha motivos para perder. Professores Adauto, Clézia, Manu, Wedmo, Fernanda, Sasha, adoro todos vocês, real mesmo!!!

Aos meus amigos de cachaça e Olinda mesmo, sem vocês minha vida nessa trajetória de cursoteria sido um porre, começando pelo já citado Binho, mas também englobando meus meninos Deyvison e Eduardo, Camila, Juliana, Francine, Rosalina, Samuel, Will, Clara do Pitulé, toda minha guangue de Olinda e Rio doce né, vocês também fazem parte dessa minha história.

Não sou uma pessoa religiosa, por isso acredito que na vida o quê realmente importa é apreciar cada momento com as pessoas certas para que no fim possamos retornar ao pó sem arrependimentos, e com a certeza que tudo pelo que passou valeu a pena, e definitivamente todas as pessoas aqui citadas são o motivo pelo qual quando esse meu último dia chegar, poderei dizer sem medo que minha estadia nessa terra valeu sim a pena.

## RESUMO

O complexo Beira-Mangue é uma zona delimitada pela prefeitura de Olinda para se pensar políticas sanitárias nas zonas próximas ao rio Fragoso, no bairro de Rio Doce, Olinda – PE, sendo subdividida em duas unidades: Beira-Mangue I e Beira-Mangue II. A área referente à Beira-Mangue II notoriamente se destaca na paisagem do bairro, seja pelo tipo de construção observada, seja pela própria localização das habitações, nitidamente de caráter mais precário nas habitações e mais próxima as margens do rio, sendo uma singularidade na paisagem urbana do bairro e contrastando com o tipo de ocupação encontrada na Beira-Mangue I, instigando aos olhares mais curiosos questionamentos acerca do tipo de processo de produção do espaço urbano levou a uma diferenciação espacial tão gritante. A pesquisa tem como objetivo geral a análise do processo de formação socioespacial da unidade Beira-Mangue II e em que se diferencia do processo observado na unidade Beira-Mangue I, principalmente no que diz respeito a atuação do poder público dentro dos dois espaços e no que tange suas presenças e ausências na configuração socioespacial das duas unidades. Têm-se como objetivos específicos o levantamento do perfil socioeconômico dos habitantes das duas unidades, por meio da aplicação de questionários com os moradores das duas localidades, com o intuito de delimitar a quais setores da sociedade esses pertencem e refletir os motivos de sua ocupação na localidade em questão. Resgatar o histórico da ocupação nas duas unidades por meio de entrevistas semi-estruturadas com os moradores mais antigos no intuito de, por meio desses relatos, compreender como se deu o processo de ocupação das duas unidades, além de levantar uma pesquisa bibliográfica a respeito da atuação das COHABs no bairro de Rio Doce e do contexto urbano da região metropolitana do Recife que serve de base para se pensar o processo de urbanização do bairro de Rio Doce e de formação das unidades Beira-Mangue I e II. Por fim, identificar as presenças e ausências do poder público na constituição socioespacial das duas unidades, por meio da análise dos resultados obtidos pelos questionários e análise de imagens das duas localidades fazendo um comparativo das presenças e ausências do poder público observadas entre as unidades. Partindo dos resultados obtidos ao longo da pesquisa, foi possível constatar que a unidade Beira-Mangue II se forma e se configura espacialmente tanto à partir de um transbordamento populacional no decorrer do processo de urbanização do

bairro de Rio Doce, quanto pelo caráter de exclusão intrínseco ao processo de ocupação encabeçada pela atuação da antiga COHAB, gerando uma diferenciação espacial caracterizada pela baixa presença do poder público dentro da unidade Beira-Mangue II em contraponto ao que se é observado na Beira-Mangue I, mesmo que, em teoria, as duas unidades pertençam, segundo a prefeitura de Olinda, ao mesmo complexo de planejamento municipal, o complexo Beira- Mangue.

Palavras-chave: Formação socioespacial. Expansão Urbana. Segregação socioespacial.

## ABSTRACT

The Beira-Mangue complex is an area delimited by the Olinda City Hall to think about health policies in the areas close to the Frágoso river situated in neighborhood of Rio Doce, Olinda - PE, being subdivided into two units, Beira-Mangue I and Beira-Mangue II. The area referring to Beira-Mangue II notably stands out in the landscape of the neighborhood, either by the type of construction observed or by the location of the houses, clearly more precarious and close to street margins, being a singularity in the urban landscape of the neighborhood and contrasting with the type of occupation found in Beira-Mangue I, instigating the most curious questions about the type of urban space production process that create a massive spatial differentiation. The research has as general objective the analysis of the process of socio-spatial formation of the Beira-Mangue II unit and how it differs from the process observed in the Beira-Mangue I unit, mostly in what disrespects the performance of the public authority between the two spaces and about their presence and absence in the socio-spatial configuration of this two units. From this general objective, the specific objectives are survey the socioeconomic profile of the habitants of this two units using the application of questionnaires with the residents of both locations, in order to define which sectors of society they belong to and theorize the reasons for their occupation in this locality. Rescue the history of occupation in this two units using semi-structured interviews with the oldest residents in order to understand, through these reports to understand how the process of occupation of this two units took place and also a bibliographic research regarding the performance of COHABs in neighborhood of Rio Doce and the urban context of the metropolitan area of Recife that serves as a basis for thinking about the process of urbanization of neighborhood of Rio Doce and the formation of Beira-Mangue I and II units. After this steps, the research will identify the presence and absence of public authority in the social constitution socio-spatial of this two units, through the analysis of the results obtained by the questionnaires and analysis of images taken from these locations making a comparison of the presence and absences of the public authority between these units. Based on the results obtained by the research, it was possible to verify that Beira-Mangue II unit is formed and configured based on a population boom during the process of urbanization of Rio Doce neighborhood, as well by the character of exclusion intrinsic to the very

occupation process headed and by the performance of the former COHAB generating a spatial differentiation characterized by a low presence of public authority within the Beira-Mangue II unit as opposed to what is observed in Beira-Mangue I, even though in theory this two units according to Olinda city hall, they belong to the same municipal planning complex named The Beira-Mangue Complex.

Keywords: Socio-spatial Formation. Urban Expansion. Socio-spatial Segregation.

## LISTA DE GRÁFICOS

<b>Gráfico 01 – Renda familiar Beira-Mangue I.</b>	<b>16</b>
<b>Gráfico 02 – Idade Beira-Mangue I.</b>	<b>17</b>
<b>Gráfico 03 – Trabalho Beira-Mangue I.</b>	<b>17</b>
<b>Gráfico 04 – Emprego formal Beira-Mangue I.</b>	<b>18</b>
<b>Gráfico 05 – Escolaridade Beira-Mangue I.</b>	<b>20</b>
<b>Gráfico 06 – Atendimento das demandas locais Beira-Mangue I.</b>	<b>21</b>
<b>Gráfico 07 – Demandas bem atendidas Beira-Mangue I.</b>	<b>21</b>
<b>Gráfico 08 – Demandas mal atendidas Beira-Mangue I.</b>	<b>22</b>
<b>Gráfico 09 – Identificação da localidade Beira-Mangue I.</b>	<b>24</b>
<b>Gráfico 10 – Motivo da ocupação Beira-Mangue I</b>	<b>25</b>
<b>Gráfico 11 – Idade Beira-Mangue II.</b>	<b>26</b>
<b>Gráfico 12 – Renda familiar Beira-Mangue II.</b>	<b>27</b>
<b>Gráfico 13 – Trabalho Beira-Mangue II.</b>	<b>27</b>
<b>Gráfico 14 – Emprego formal Beira-Mangue II</b>	<b>28</b>
<b>Gráfico 15 – Profissão Beira-Mangue II.</b>	<b>29</b>
<b>Gráfico 16 – Escolaridade Beira-Mangue II.</b>	<b>29</b>
<b>Gráfico 17 – Atendimento das demandas locais Beira-Mangue II.</b>	<b>30</b>
<b>Gráfico 18 – Demandas bem atendidas Beira-Mangue II.</b>	<b>31</b>
<b>Gráfico 19 – Demandas mal atendidas Beira-Mangue II.</b>	<b>31</b>
<b>Gráfico 20 – Identificação da localidade Beira-Mangue II.</b>	<b>32</b>
<b>Gráfico 21 – Motivo da ocupação Beira-Mangue II.</b>	<b>33</b>

## LISTA DE FIGURAS

<b>Figura 01 – Unidade Beira-Mangue I.</b>	<b>12</b>
<b>Figura 02 – Unidade Beira-Mangue II.</b>	<b>12</b>
<b>Figura 03 – Histórico do bairro de Rio Doce</b>	<b>42</b>
<b>Figura 04 – Estratégia de saúde da família (ESF) Beira-Mangue I.</b>	<b>57</b>
<b>Figura 05 – Marcação das casas Beira-Mangue II.</b>	<b>61</b>
<b>Figura 06 – Projeto de urbanização do Canal do Fragoso.</b>	<b>62</b>
<b>Figura 07 – Estratégia de saúde da família (ESF) Beira-Mangue II.</b>	<b>63</b>
<b>Figura 08 – Convenções cartográficas – aglomerados subnormais.</b>	<b>64</b>
<b>Figura 09 – Aglomerados subnormais - Rio Doce</b>	<b>65</b>
<b>Figura 10 – Lista – Aglomerados subnormais.</b>	<b>65</b>
<b>Figura 11 – Manchete de jornal I.</b>	<b>67</b>
<b>Figura 12 – Manchete de jornal II</b>	<b>67</b>
<b>Figura 13 – Planta da primeira COHAB de Rio Doce</b>	<b>69</b>
<b>Figura 14 – Feira de Rio Doce</b>	<b>71</b>
<b>Figura 15 – Escola estadual Antônio souto filho</b>	<b>72</b>
<b>Figura 16 – USF Beira Mangue</b>	<b>73</b>
<b>Figura 17 – Associação de moradores</b>	<b>74</b>
<b>Figura 18 – Praça</b>	<b>75</b>
<b>Figura 19 – Primeiro batalhão de polícia militar – Duarte Coelho.</b>	<b>76</b>

## SUMÁRIO

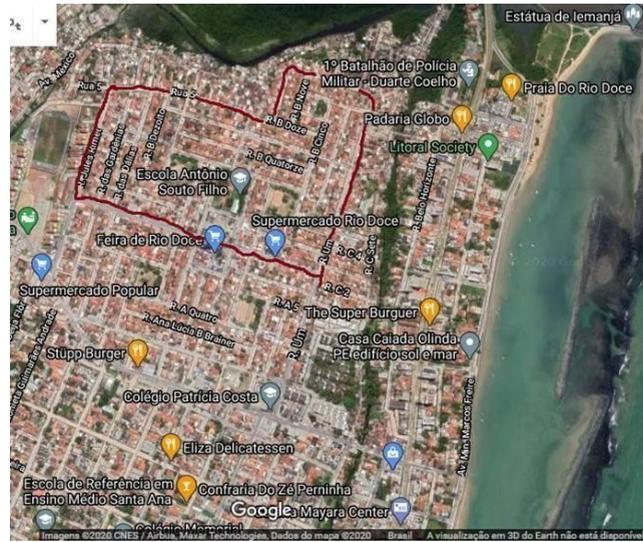
<b>1 INTRODUÇÃO.....</b>	<b>13</b>
<b>2 O PERFIL DOS HABITANTES DO COMPLEXO BEIRA-MANGUE UNIDADES IE II.....</b>	<b>14</b>
2.1 PERFIL DOS HABITANTES DA UNIDADE BEIRA-MANGUE I.....	16
2.2 PERFIL DOS HABITANTES DA UNIDADE BEIRA-MANGUE II.....	27
<b>3 RESGATE HISTÓRICO DO PROCESSO DE FORMAÇÃO SOCIOESPACIAL DO COMPLEXO BEIRA-MANGUE.....</b>	<b>35</b>
3.1 CONTEXTO GERAL DA ZONA METROPOLITANA DO RECIFE E DO BAIRRO DE RIO DOCE.....	38
3.2 AS COMPANHIAS DE HABITAÇÃO (COHABS).....	50
3.3 PROCESSO DE OCUPAÇÃO DA UNIDADE BEIRA-MANGUE I.....	54
3.4 PROCESSO DE OCUPAÇÃO DA UNIDADE BEIRA-MANGUE II.....	57
<b>4 PRESENÇAS E AUSÊNCIAS DO PODER PÚBLICO NO COMPLEXO BEIRA-MANGUE.....</b>	<b>67</b>
4.1 ESTRUTURA FÍSICA.....	67
4.2 A PERCEPÇÃO DOS MORADORES QUANTO A ATUAÇÃO DO PODER PÚBLICO.....	74
<b>5 CONCLUSÕES.....</b>	<b>78</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</b>	<b>83</b>

## **1 INTRODUÇÃO**

O Bairro de Rio Doce é um dos principais bairros do município de Olinda (PE), sendo o bairro mais populoso da cidade, desempenhando papel fundamental na dinâmica urbana do município de Olinda. A ocupação remonta a antigas vilas de pescadores localizadas no litoral do atual bairro, mas apenas em 1967, com a atuação da Companhia de habitação (COHAB) é que o bairro passa a ser efetivamente integrado ao contexto urbano da região metropolitana do Recife. Tal processo foi marcado pelo planejamento e expansão das COHABs na área do atual bairro, que objetivava a criação de áreas residenciais para uma zona metropolitana em processo de expansão.

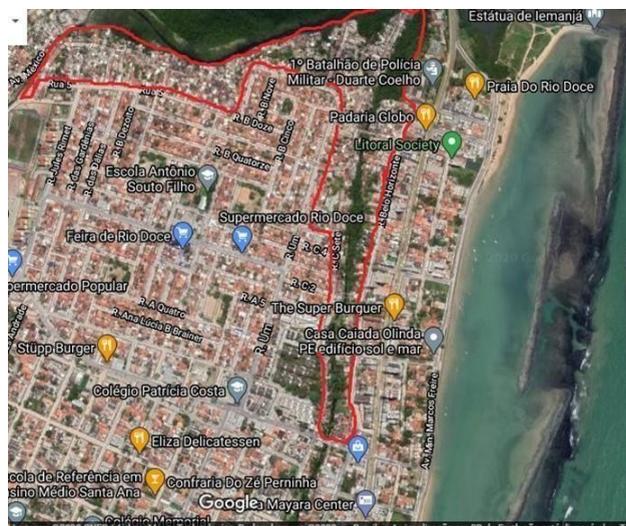
Nesse contexto, emerge em 1968 durante o plano da primeira COHAB de Rio Doce o complexo Beira-Mangue, uma área posteriormente a criação das COHABs delimitada pela prefeitura de Olinda para pensar a gestão sanitária em uma zona na margem do Rio Frágoso, que corta o Bairro, e que por conta de sua localização próxima a um rio e por questões ligadas ao processo de ocupação recebe uma atenção especial da prefeitura para se pensar a questão sanitária e de saúde local. Tal complexo é subdividido em duas unidades, sendo essa subdivisão derivada do processo de ocupação da área, marcada por uma superlotação populacional que gerou um transbordamento para as áreas mais próximas ao Rio Frágoso, estando a unidade I da Beira-Mangue dentro do contexto de planejamento urbano da primeira COHAB de Rio Doce enquanto que a unidade II refere-se a esse transbordamento populacional que gerou um processo de ocupação irregular nas margens do rio Frágoso, como podemos notar na delimitação das duas unidades nas imagens abaixo;

**Figura 1 – Unidade Beira-Mangue I**



Fonte: Google Maps, modificado pelo Autor (2020)

**Figura 2 – Unidade Beira-Mangue II**



fonte: Google Maps, modificado pelo Autor (2020)

Tal processo criou uma diferenciação socioespacial entre as duas unidades onde, muito embora sejam partes de um mesmo contexto de planejamento por parte da gestão municipal, possuem processos de formação socioespacial diferenciados entre si, como é possível notar no perfil das habitações presentes nas duas unidades ou mesmo na visualização de imagens de

satélite. Com a unidade I demonstrando um perfil mais retilíneo na formatação das ruas e avenidas, indicando um processo de planejamento mais organizado na produção desse espaço urbano enquanto que na unidade II se observa um perfil mais sinuoso na configuração das ruas, indicando um outro processo de produção do espaço urbano sob um outro processo de formação socioespacial.

O objetivo geral da pesquisa é analisar o processo de formação socioespacial da unidade Beira-Mangue II e em que esta se diferencia do processo observado na unidade Beira-Mangue I, principalmente no que diz respeito a atuação do poder público dentro dos dois espaços e no que tange suas presenças e ausências na configuração socioespacial das duas unidades. Partindo deste objetivo geral, têm-se como objetivos específicos o levantamento do perfil socioeconômico dos habitantes das duas unidades, por meio da aplicação de questionários com os moradores das duas localidades, com o intuito de delimitar a qual setores da sociedade esses pertencem e analisar os motivos de sua ocupação na localidade em questão. Resgatar o histórico da ocupação nas duas unidades por meio de entrevistas semi estruturadas com os moradores mais antigos no intuito de por meio desses relatos tentar compreender como se deu o processo de ocupação das duas unidades além de uma pesquisa bibliográfica a respeito da atuação das COHABs, principal órgão governamental responsável pela produção do espaço urbano no bairro de Rio Doce no período de formação do complexo Beira-Mangue, e do contexto urbano do bairro de Rio Doce e da região metropolitana do Recife, que serve de base para se pensar o processo de formação das duas unidades. Por fim, identificar as presenças e ausências do poder público na constituição socioespacial das duas unidades, por meio da análise dos resultados dos questionários e análise de imagens retiradas das duas localidades fazendo um comparativo dessas presenças e ausências observadas nas duas unidades.

## **2 PERFIL DOS HABITANTES DO COMPLEXO BEIRA-MANGUE (UNIDADES I E II)**

No presente capítulo se pretende fazer uma exposição dos dados mais importantes coletados por meio dos questionários aplicados nas duas unidades, no qual se foi utilizado a plataforma de elaboração de formulários Google, o Google Forms, em tal levantamento. O objetivo busca evidenciar essas informações, discorrendo sobre o que estes dados nos pode revelar a respeito o perfil dos habitantes do complexo Beira-Mangue.

O levantamento dessas informações se faz indispensável para a compreensão da realidade material objetiva dos moradores na área estudada, pois a partir dela podemos construir um perfil aproximado dos habitantes e entender em que posição dentro do todo estruturante estes se encontram. Compreendendo sua posição socioeconômica dentro da estrutura social, podemos entender quem esses moradores são dentro do sistema e seu papel na produção socioespacial da localidade. As demandas apresentadas pelos moradores também dizem muito acerca da produção desigual do espaço. Em um comparativo entre tais demandas, pode revelar onde a atuação do poder público foi mais ou menos eficiente.

Para fazer o levantamento dos dados, foi definido uma amostragem de 30 questionários para cada uma das duas unidades, totalizando 60 questionários aplicados em cada uma das micro-zonas, das duas unidades, que juntas somam mais de 8 mil habitantes. Entretanto, em virtude da crise causada pelo Covid-19, a associação de moradores não conseguiu disponibilizar um acompanhante que pudesse garantir certas condições de mobilidade e segurança durante a aplicação dos questionários na unidade Beira-Mangue II, assim, considerando que o retorno na aplicação de questionários on-line (uma alternativa pensada para se evitar exposição ao vírus) foi insuficiente, tive que dispor da ajuda de um amigo morador da localidade na aplicação dos questionários, e, devido a disponibilidade dos horários desse amigo e dos prazos determinados pelo cronograma, só foi possível aplicar 20 dos 30 questionários na unidade Beira-Mangue II.

### **2.1 PERFIL DOS HABITANTES DA UNIDADE BEIRA-MANGUE I**

Um dos primeiros dados a se destacar é o fator renda, pois é a partir deste indicador que se pode medir as possibilidades dos sujeitos em reproduzir sua vida social dentro do sistema capitalista, pois, enquanto trabalhadores, estes só podem se realizar enquanto humanos a medida

que vendem sua força de trabalho e do salário oriundo dessa relação de onde se obtém os meios materiais para a sua subsistência. Em *Manuscritos econômico-filosóficos*, K Marx (2015, p.142) afirma: “quanto menos você é, menos você expressa sua vida; quanto mais você tem, maior é sua vida alienada e maior a salvação do seu ser alienado”. Nesse sentido, quanto menos o sujeito trabalhador recebe pela venda de sua força de trabalho, menos este sujeito pode consumir, e, na sociedade capitalista, quase tudo o que se necessita para satisfazer suas necessidades materiais se faz por intermédio do consumo, desde a comida que se ingere aos seus meios de lazer. Assim, o fator renda se converte em um verdadeiro medidor da acessibilidade dos sujeitos a sua satisfação material e aos meios básicos de subsistência e isso também se expressa no meio urbano sob o modo de produção capitalista.

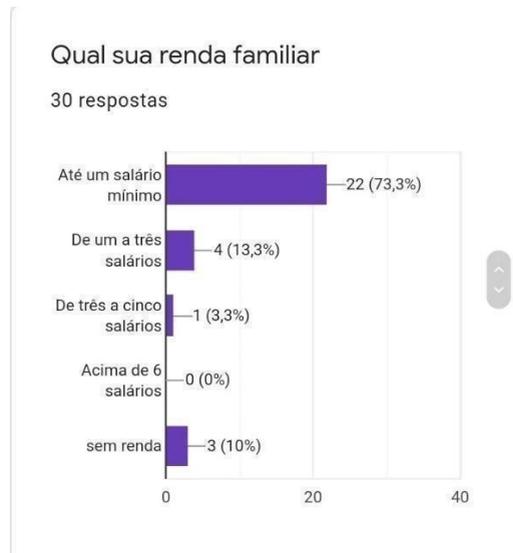
Santos (2012) se referenciando em Lefebvre (2001 [1968]), afirma que:

A realidade citadina depende do valor-de-uso, mas a industrialização e a centralidade da mercadoria no mundo moderno faz com que tudo na cidade possua um valor-de-troca (além de seu valor-de-uso). Tudo na cidade passa a ser comercializável, o que significa dizer que passa a ser destinado a obtenção de mais-valia, destinação essa que serve, entre outras coisas, para o crescimento do próprio modo de produção hegemônico. (SANTOS, 2012, p. 64)

A própria lógica do sistema capitalista (de reprodução e acumulação de capitais) cria uma valorização específica dos espaços urbanos, e seu acesso é garantido pelo poder de consumo dos habitantes dos centros urbano, este por sua vez medido pelo poder de compra, em outras palavras, por sua renda. Ainda para Santos (2012):

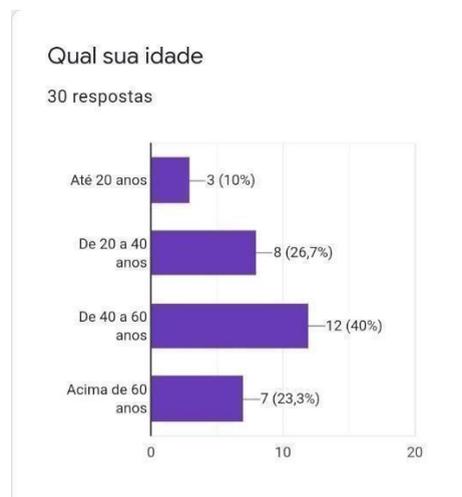
Nessa cidade do consumo, o caráter contraditório da modernização capitalista transparece na estrutura espacial, desencadeando uma intensa fragmentação onde ilhas de riqueza e bolsões de pobreza convivem conflituosamente. Mas, comum a todos esses fragmentos, há o direcionamento dos anseios sociais ao consumo arredo e reificado, no intuito de dar cabo a reprodução do sistema. (DOS SANTOS, OTÁVIO, 2012, p.64).

Desta forma, o sistema capitalista reproduz uma sociabilidade em que se mascara suas próprias contradições por meio da reificação dos sujeitos, cujo socialização e realização enquanto humano se faz pelo consumo e para o consumo. É a partir dessa condição alienada que os sujeitos pensam o espaço urbano e sua própria condição enquanto habitantes daquele espaço, o espaço enquanto mais uma faceta do consumo.

**Gráfico 01 – Renda Familiar Beira-Mangue I**

**Fonte: O Autor (2020)**

O que se observa é que o poder de compra da unidade Beira-Mangue I é um poder de compra baixo, com a maior parte de sua população obtendo uma renda familiar de até um salário mínimo, estando abaixo da média de 1,8 salários mínimos encontrada no município de Olinda (IBGE, 2018). Isso isoladamente poderia nos dizer que a localidade é de baixa renda, porém, pelos critérios adotados pela prefeitura de Olinda e o IBGE consideram outros indicadores além da renda para enquadrar se uma localidade é ou não de baixa renda.

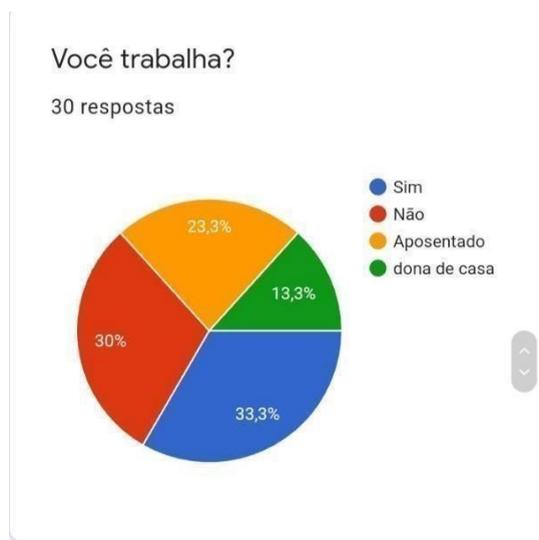
**Gráfico 02 – Idade Beira-Mangue I**

**Fonte: O Autor (2020)**

Como observado no gráfico acima, a unidade Beira-Mangue I apresentar um perfil etário majoritariamente adulto, com 40% dos entrevistados se encontrando na faixa dos 40 aos 60 anos. Também foi observada uma maior presença de idosos e um baixa incidência de jovens (cerca de apenas 10% da amostra).

Nos gráficos abaixo, observamos informações acerca da empregabilidade dos habitantes;

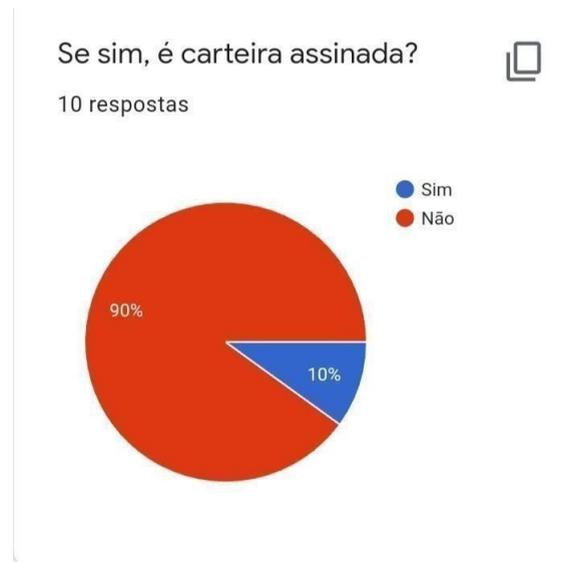
**Gráfico 03 – Trabalho Beira-Mangue I**



**Fonte: O Autor (2020)**

No gráfico em questão, o que mais chamou atenção foi o número de pessoas sem emprego, em sua maioria jovens, alguns provavelmente ainda sustentados pelos pais e em um cenário nacional de falta de emprego, especialmente para os mais jovens. Também se deve levar em consideração que provavelmente um número tão alto de pessoas sem emprego também seja um reflexo da atual situação de crise econômica e sanitária no país acarretados pela pandemia de Covid-19, que impactou o comércio popular, que como será mostrado mais adiante, é de onde a maior parte da população local tira sua renda, o que explica pelo menos uma parcela desses desempregados.

O fato da localidade possuir considerável parcela de sua população idosa também explica o alto número de aposentados vivendo na localidade, além das já conhecidas donas de casa, que compõe o grupo de pessoas que não estão efetivamente empregadas. No geral, o que se pode afirmar é que a Beira-Mangue I apresenta um perfil de pessoas entre a baixa renda e classe média baixa.

**Gráfico 04 – Emprego Formal Beira-Mangue I**

**Fonte: O Autor (2020)**

Ainda sobre a empregabilidade, se foi perguntado aos entrevistados que se disseram empregados se estes tinham carteira assinada, o que a maioria esmagadora dos entrevistados (cerca de 90% da amostra) respondeu que não. Isso pode ser explicado pelo fato da maioria das pessoas que trabalham estarem atuando no comércio, seja por conta própria ou seja em um negócio familiar, o que se encaixa perfeitamente com a atual dinâmica no mercado de trabalho brasileiro, onde, segundo o IBGE (2018), a maior parte dos trabalhadores operam na informalidade, muitas vezes em trabalhos precarizados, o que pode ser um reflexo de uma economia que se desindustrializa mas que também não possui espaço nos arranjos e cadeias produtivas mais complexos ou possui grandes centros de inovação técnica, colocando uma enorme massa de trabalhadores no setor terciário da economia e nas filas do desemprego, forçando-as a buscar suas formas de sustento na informalidade.

No caso da Beira-Mangue I, podemos aprofundar mais nessa questão ao se levar em consideração que a própria localidade foi concebida como uma espécie de distrito comercial pelo projeto da primeira Cohab de Rio Doce (onde se localiza a unidade Beira-Mangue I), onde, pelo gráfico que veremos a seguir, foi um dos planos de planejamento da localidade que se efetivou.

Devido a problemas na elaboração do gráfico referente as profissões dos entrevistados, foi optado transcrever os dados obtidos.

Na composição profissional dos entrevistados, cerca de 20% da amostra afirmou

trabalhar no comércio. Outros 20% se declararam feirantes, 20% autônomos, 10% operador de caixa, 10% afirmaram trabalhar com contabilidade e outros 10% como consultor de vendas e ainda outros 10% se declararam funcionários público.

Entre os que possuem uma fonte de renda, metade trabalham no comércio, tanto feirantes como em serviços ligados ao comércio local, a exemplo de operador de caixa de supermercado, isso pode ser reflexo direto da ligação de unidade Beira-Mangue I com a feira de Rio Doce, além da própria planta da primeira Cohab, que já possuía áreas reservadas ao comércio, o que indica uma funcionalidade comercial (além de habitacional) da localidade dentro da dinâmica urbana do bairro de Rio doce.

Como já mencionado antes, o caráter comercial aliado ao caráter habitacional do projeto da primeira Cohab ainda se reflete bem na dinâmica urbana e socioespacial da localidade, nesse sentido, a proximidade com a Feira de Rio Doce, que fica bem na divisa entre a primeira Cohab e a segunda Cohab, além das previamente definidas áreas comerciais se mostram como uma das mais importantes formas de sustento dos habitantes, tendo em vista que a maioria deles trabalham na localidade.

Trabalhadores autônomos aparecem na sequência com algum destaque, sendo seguidos por funcionário público, contabilidade e consultor de vendas, todos com apenas um morador se apresentando como pertencente a esta profissão.

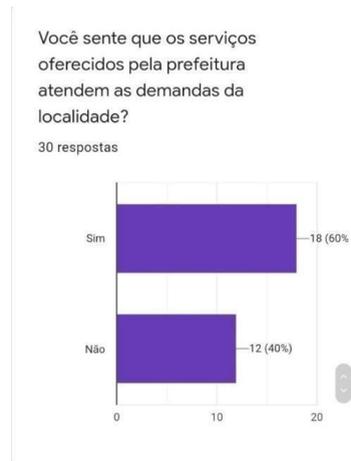
**Gráfico 05 – Escolaridade Beira-Mangue I**



Fonte: O Autor (2020)

No que se refere a escolaridade, a maioria cursaram até o ensino médio, mas também observamos pessoas graduadas e até pós graduadas na localidade. A escolaridade dos sujeitos também é um bom indicador de sua acessibilidade dentro da sociedade consumo, na medida que essa dita as possibilidades de ascensão social. Novamente, os habitantes da Beira-Mangue I no geral se encontram dentro da média observada pelo IBGE para o município de Olinda.

**Gráfico 06 – Atendimento das demandas locais Beira-Mangue I**



**Fonte: O Autor (2020)**

De um modo geral, a maioria dos habitantes da Beira-Mangue I sentem que os serviços municipais atendem bem as demandas locais. A proporção dos que não se sentem satisfeitos é consideravelmente menor, dando ao entender que existe uma situação de maior satisfação com a localidade na medida que 60% dos entrevistados afirmaram estar satisfeitos com a atuação da prefeitura no que se refere a oferta de serviços públicos.

Gráfico 07 – Demandas bem atendidas Beira-Mangue I



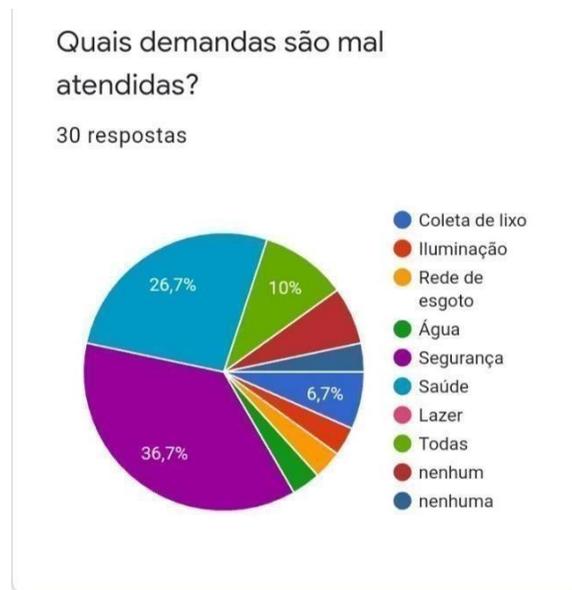
Fonte: O Autor (2020)

As respostas acerca das demandas mais bem atendidas se mostraram bastante plurais, com destaque para a oferta dos serviços de coleta de lixo e rede de esgoto, que notoriamente já estavam presentes dentro do projeto da primeira COHAB de Rio Doce, que já incluía uma rede básica de saneamento nas habitações. Quanto a coleta de lixo, a área em questão é cortada por uma das ruas mais movimentadas do bairro, onde trafega boa parte das linhas de ônibus do bairro de Rio doce e também tendo em vista que é nessa região que se localiza a própria feira de Rio doce, é compreensível a atenção da prefeitura de Olinda no que se refere a questão do lixo na localidade, além da própria facilidade de mobilidade dos caminhões de lixo em trafegar por essa área, que conta com ruas asfaltadas e uma boa margem para manobras.

Chamou a atenção nenhum dos entrevistados mencionarem sobre a infraestrutura geral da localidade, tendo em vista que essa possui, em virtude de sua natureza planejada, ruas asfaltadas, área comercial, escolas, tanto pública quanto privada, UPA e pleno acesso ao transporte público.

No geral, a maioria dos entrevistados se mostrou satisfeito quanto a oferta dos serviços públicos.

Gráfico 08 – Demandas mal atendidas Beira-Mangue I



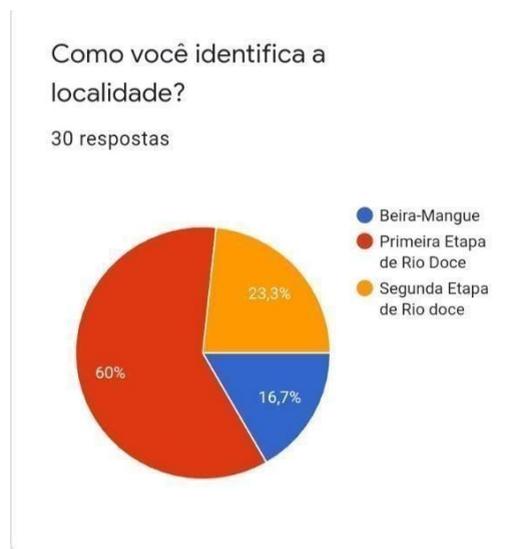
Fonte: O Autor (2020)

Apesar da situação de relativa satisfação, ainda existem na localidade queixas a respeito da atuação da prefeitura, o que se nota é que as principais queixas são majoritariamente referentes a saúde e segurança. Quanto a saúde, os moradores relataram um mal atendimento na UPA local, além de problemas com o posto de saúde próximo, que não se encontra dentro da zona Beira-Mangue, mas que se é utilizada por estes, entretanto a maior queixa está relacionada a violência causada justamente pelos moradores da unidade Beira-Mangue II. Durante a aplicação dos questionários, houve queixas não somente pela diminuição do policiamento em algumas áreas, relatando que os policiais que patrulham a região se limitam principalmente na avenida principal ao invés de fazerem a segurança da área como um todo, patrulhando as ruas da localidade, mas também houveram muitas queixas quanto a origem dos assaltantes, que seriam advindos da unidade Beira-Mangue II, ou como foi mencionado por alguns dos entrevistados, “a favela do mangue”.

A questão policial e da violência foi um ponto interessante levantado pelos entrevistados, pois evidencia um incômodo por parte dos moradores da unidade I da Beira-Mangue com os da unidade II, uma situação de conflito entre as duas unidades, que reflete relações diferentes quanto ao modo de vida e conseqüentemente espacialidades diferenciadas que segmentam os moradores das duas unidades em realidades sociais distintas a partir de seu perfil social e de seu modo de ocupação e uso daquele espaço como forma de reprodução da sua vida social. De um

lado, moradores de baixo poder aquisitivo que tiram seu sustento principalmente da atividade comercial, de outro, moradores que em boa parte dos casos, estão praticamente jogados a própria sorte dentro do sistema capitalista, estando mais vulneráveis a criminalidade. No fim, considerando que a própria unidade I da Beira-Mangue não possui uma população de elevado poder aquisitivo, o que realmente separou boa parte dessas duas populações foi em boa medida o planejamento urbano. Tal separação também gerou toda uma nova forma de se pensar a identidade da localidade, como vemos no próximo gráfico.

**Gráfico 09 – identificação da localidade Beira-Mangue I**



**Fonte: O Autor (2020)**

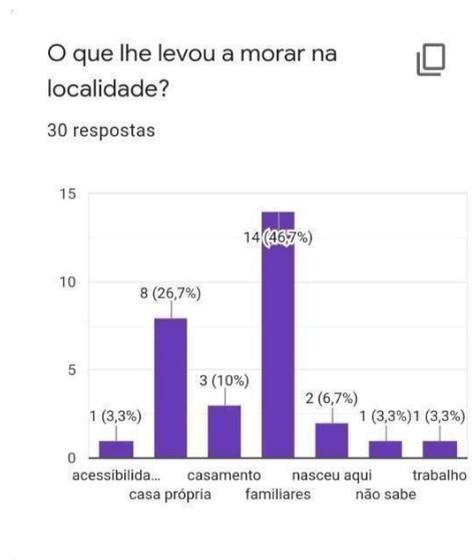
Em Rio Doce, os habitantes costumam diferenciar as diversas localidades do bairro através das chamadas etapas, de modo geral, cada etapa de Rio Doce é referente a uma COHAB específica, sendo a primeira etapa de Rio Doce referente a primeira COHAB. Apesar dessa divisão, existe uma outra localidade para além das etapas, a “Beira-Mangue”, que não é vista como parte de nenhuma etapa, mas sim uma localidade própria, na fala dos próprios moradores, “a favela do/a (beira) Mangue”.

Como mencionado anteriormente, as formas de ocupação, resultado do processo de formação socioespacial da região, diferenciaram as localidades de tal forma que boa parte dos habitantes passaram a compreender a região da unidade Beira-Mangue II como uma “etapa” própria. Desta forma, os habitantes da unidade Beira-Mangue I, obviamente, não identificam, em sua maioria, a localidade como sendo parte do complexo Beira-Mangue, o que faz total sentido,

tendo em vista que a nomenclatura é oriunda essencialmente de um plano municipal de atuação na região, sendo o termo etapa (para se referir às COHABs) o termo mais popular para dividir e identificar as áreas do bairro. Nesse contexto, a ideia de Beira-Mangue surge mais ou menos como o nome já sugere, a região que fica acima do mangue, uma zona de ocupação irregular e não planejada que se diferencia daquelas das “etapas”, como é o caso da unidade Beira-Mangue I, ou primeira etapa de Rio doce, como ela de fato é conhecida.

Poucas pessoas destoaram da ideia de primeira etapa, no geral houve alguma confusão entre os limites da primeira com a segunda etapa, tendo em vista que a maioria dos habitantes não conhecem efetivamente os limites do que foi definido como a primeira e segunda COHAB (etapas), e dos que reconheceram o lugar como Beira-Mangue, cabe mencionar que estes já se encontravam no limite entre a Beira Mangue I e a Beira Mangue II.

**Gráfico 10 – Motivo da ocupação Beira-Mangue I**



**Fonte: O Autor (2020)**

As informações deste gráfico nos trazem um ponto pertinente a respeito da discussão acerca do processo de ocupação da Beira-Mangue, pois se observa que o segundo ponto mais mencionado quanto a motivação para vir morar na localidade (Beira-Mangue I) se trata da obtenção da casa própria, concedida pelo projeto das COHAB. Mais de  $\frac{1}{4}$  dos entrevistados, justamente os moradores mais antigos, mencionam esse como principal motivação para irem habitar a localidade, apesar disso, o indicador mais importante continua sendo a questão familiar. No que se refere ao que seria essa questão familiar, a maioria dos entrevistados não a

especificaram, porém, alguns relatos feitos durante as respostas para os questionários incluem proximidade com os pais.

## 2.2 PERFIL DOS HABITANTES DA UNIDADE BEIRA-MANGUE II

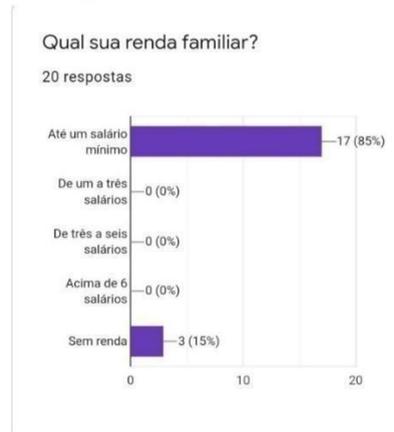
Seguindo com a exposição dos dados obtidos por meio da aplicação dos questionários com os habitantes do complexo Beira-Mangue, o presente subcapítulo visa expor os dados coletados dos habitantes da unidade Beira-Mangue II, por meio do mesmo questionário que foi entregue aos habitantes da unidade I da Beira-Mangue, visando sistematizar de forma estatística os dados da amostra que serviu de base para o trabalho, tendo em mente a limitação da amostragem em virtude do contexto da pandemia e da carência de outro tipo de fonte.

**Gráfico 11 – Idade Beira-Mangue II**



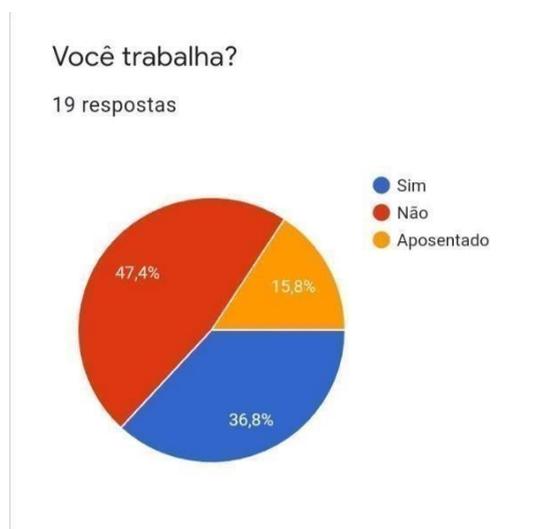
**Fonte: O Autor (2020)**

Esse primeiro gráfico nos mostra um perfil majoritariamente adulto (entre 20 e 40 anos) entre os habitantes da unidade Beira-Mangue II, porém também chama a atenção para a presença de um perfil jovem mais elevado e um perfil idoso mais reduzido se comparado com a Beira-Mangue I. O motivo pode apenas ser suposto, talvez uma expectativa de vida mais baixa, talvez o fato das pessoas mais velhas não circularem muito pelas ruas, ficando mais presas dentro de suas casas em virtude da criminalidade ou outro motivo, no momento o porquê de um perfil mais jovem ter sido identificado ficará apenas no âmbito da especulação.

**Gráfico 12 – Renda familiar Beira-Mangue II**

Fonte: O Autor (2020)

Esse foi um indicador bastante interessante sobre a comunidade, simplesmente nenhum entrevistado possuía uma renda familiar superior a um salário, comparando com a unidade I, a unidade II definitivamente possui um perfil ainda mais precário no que se refere a renda. Óbvio, também se deve levar em consideração que a amostragem para a Beira-Mangue II foi menor, o que também pode ter impactado na não detecção de algum morador com uma renda familiar superior a um salário.

**Gráfico 13 – Emprego Beira-Mangue II**

Fonte: O Autor (2020)

Novamente assim como encontramos com a Beira-Mangue I, a Beira-Mangue II possui uma quantidade considerável de pessoas não empregadas, quase metade da amostra se declarou sem trabalho, novamente, o cenário de crise nacional pode ter contribuído para esses números, ainda mais levando em consideração que as populações mais carentes tendem ser as que mais sofrem com a falta de oportunidades e emprego.

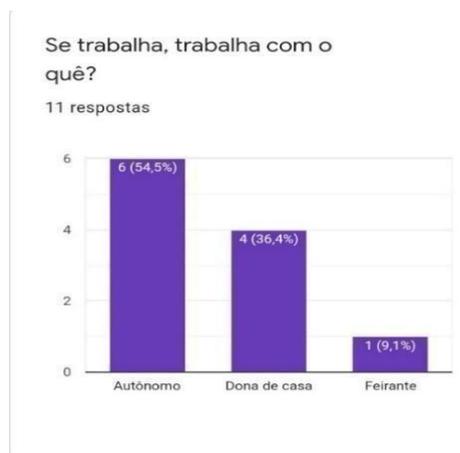
**Gráfico 14 – Emprego formal Beira-Mangue II**



Fonte: O Autor (2020)

E como se não fosse suficiente o número alto de pessoas sem emprego, dos que possuem emprego, nenhum é carteira assinada. Nesse quesito, tanto as unidades I e II apresentam o mesmo problema de uma percentual muito alto da população está na informalidade.

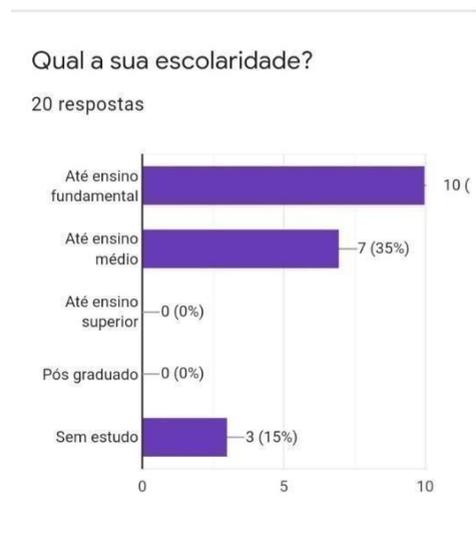
**Gráfico 15 – Profissão Beira-Mangue II**



Fonte: O Autor (2020)

No presente gráfico ocorreu um erro na computação dos dados no momento de aplicar os questionários, e como não havia forma de corrigir tal erro pelo Google Forms infelizmente o percentual de pessoas que se declararam donas de casa (estando essas na classificação de não empregadas) acabaram sendo incluídas no gráfico, desta forma, o que se nota é que dos entrevistados que possuem empregos, a quase totalidade são de trabalhadores autônomos com ainda mais um morador feirante, possivelmente trabalhando na feira de Rio Doce.

**Gráfico 16 – Escolaridade Beira-Mangue II**



**Fonte: O Autor (2020)**

Na questão da escolaridade também chamou a atenção por estar abaixo da média municipal e demonstrando indicadores piores que os da unidade I, novamente se deve considerar que a amostragem foi menor se comparado com a unidade I.

**Gráfico 17 – Atendimento das demandas locais Beira-Mangue II**

Fonte: O Autor (2020)

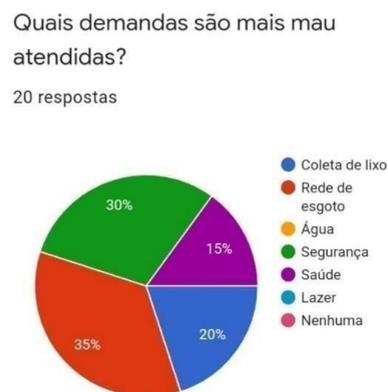
Aqui já notamos uma maior discrepância se comparado com a unidade I, a maioria esmagadora dos entrevistados se mostraram insatisfeitos com a atuação da prefeitura na localidade. A ideia de algum conforto advindo de uma presença moderadamente satisfatória do poder público não se faz aqui presente, e o gráfico a seguir reforça isso.

<sup>1</sup> Devido a formatação da imagem no aplicativo do Google Forms, o percentual da amostra que declarou ter concluído apenas o ensino fundamental não consta do gráfico. O percentual foi de 50%.

**Gráfico 18 – Demandas bem atendidas Beira-Mangue II**

Fonte: O Autor (2020)

É bastante considerável o percentual dos entrevistados que afirmaram que nenhuma demanda local é bem atendida, enquanto na Beira-Mangue I havia uma certa tendência a pelo menos considerar a coleta de lixo como eficiente, na Beira-Mangue II tal serviço sequer chega, ainda assim, se pode notar que aonde ela chega, se converte no único ponto positivo que os moradores conseguiram destacar.

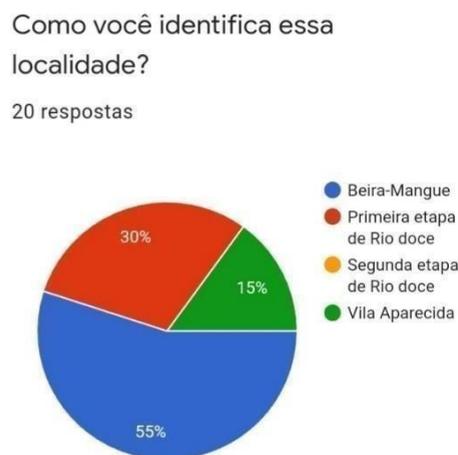
**Gráfico 19 – Demandas mal atendidas Beira-Mangue II**

Fonte: O Autor (2020)

<sup>2</sup> Devido a problemas de edição do Google Forms, as opções anteriormente apresentadas na amostragem da Beira-Mangue I foram replicadas na Beira-Mangue II, mesmo não sendo mencionadas no gráfico.

Seguindo o exemplo da Beira-Mangue I, a segurança também é uma questão emergencial, porém ela ainda é superada pela falta de uma ampla rede de esgoto na localidade, pauta que possui ainda mais importância para os moradores se considerar que a região fica à beira de uma zona de mangue. Muitos moradores também se queixam da questão dos alagamentos nas épocas de chuva que as vezes fazem os precários loteamentos sanitários transbordarem, acarretando problemas de mal cheiro e contato com água suja.

**Gráfico 20 – Identificação da localidade Beira-Mangue II**

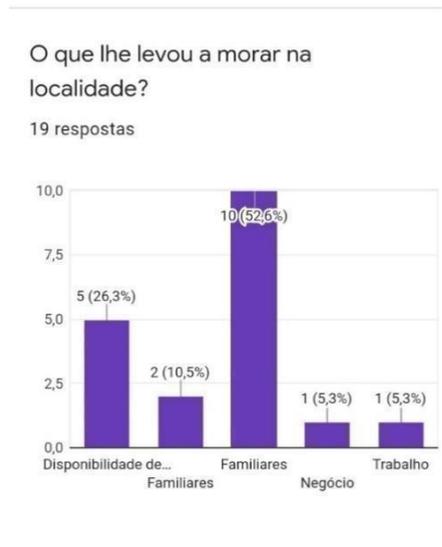


**Fonte: O Autor (2020)**

Notoriamente, mais da metade da população entrevistada reconhece a localidade como Beira-Mangue, seguindo a tendência do restante dos moradores do Bairro de Rio Doce em considerar a localidade uma zona/etapa própria do bairro, ainda assim, uma parcela considerável também afirma a zona como pertencente a primeira etapa e uma outra porcentagem a vila aparecida, vila essa que corresponde por uma fração da unidade Beira- Mangue II, que recebeu reconhecimento da prefeitura e até mesmo um projeto de intervenção, talvez essa particularidade histórica da atuação da prefeitura tenha despertado um senso de identidade diferenciado do restante da Beira-Mangue II.

<sup>3</sup> Devido a um erro ortográfico durante a elaboração dos questionários e a impossibilidade de edição pela plataforma do Google Forms, o referido gráfico consta com o termo “mau” ou invés de “mal”.

**Gráfico 21 – Motivo da ocupação Beira-Mangue II**



**Fonte: O Autor (2020)**

Seguindo a tendência da unidade I, questões ligadas a familiares se mostraram como principal motivador para a moradia na localidade, podendo ser produto de relações matrimoniais ou dependência financeira com algum familiar, entretanto, o que mais chamou a atenção foi o fato de  $\frac{1}{4}$  dos entrevistados apontarem a disponibilidade de terra como principal fator. Tal indicador remonta a época da ocupação da localidade, que como foi afirmado por moradores de ambas as unidades e reforçado pelas entrevistas aplicadas com os moradores mais antigos da Beira-Mangue II, foi uma zona de invasão de terras, essa população chegou na localidade e se assentou nos pontos onde havia terra disponível, justamente nas zonas próximas ao mangue.

### **3 RESGATE HISTÓRICO DO PROCESSO DE FORMAÇÃO SOCIOESPACIAL DO COMPLEXO BEIRA-MANGUE**

Para se compreender o espaço geográfico é necessário ter ciência de que este não é uma realidade dada, mas sim uma síntese da produção humana e natural ao decorrer do tempo. Ao mesmo tempo é importante lembrar que os processos de transformação do espaço que ainda em atuação, não ficando preso apenas no passado, mas produzindo uma nova realidade espacial a todo momento. Assim, a realidade espacial se trata de um movimento dialético constante, e para a entender é preciso compreender o movimento de transformação em si, dos agentes e contradições em atuação, que no caso do espaço urbano tem nas contradições do homem para com o espaço natural, em sua lógica de transformação do natural em artificial/social para atender as demandas da reprodução de sua vida social, e também das contradições do homem para consigo mesmo, dos meios, agentes e instrumentos em cooperação e conflito na produção dessa nova espacialidade. Assim, o espaço urbano é uma produção humana, uma produção resultante das relações sociais e econômicas que a orienta e no decorrer do tempo. É desse princípio que buscamos compreender o processo de formação do complexo Beira-Mangue, enquanto um processo histórico de formação socioespacial.

Segundo Bastos e Casaril (2016, p.276):

A categoria de Formação Econômica e Social teve sua conceituação inicial elaborada por Marx e Engels e sistematizada por Lênin, buscando compreender a totalidade da história e o desenvolvimento de uma sociedade.

O desenvolvimento histórico, observado a partir de seus estágios de desenvolvimento no que tange as relações de produção, se torna base para a compreensão dos fenômenos sociais e da compreensão do homem. Portanto, o conceito da Formação Econômica e Social se refere a uma sociedade determinada em um dado momento histórico, sob a ótica dos sistemas de produção que resultam numa dada forma de produzir as bases materiais de uma sociedade e que permeia as demais relações e interações dos homens nesse dado momento histórico. “Assim é que a noção adquire o status de formações históricas e geograficamente localizadas, isto é, formações sócio-espaciais” (ESPÍNDOLA; SILVA, 1997 *apud* BASTOS e CASARIL, 2016, p. 278).

Com a produção sendo o fator estruturante da Formação Econômica e Social, Santos (1977 apud BASTOS e CASARIL, 2016, p.278) argumenta que devido as transformações ocorridas no espaço acontecerem via trabalho, é impossível “[...] falar de Formação Econômica e Social sem incluir a categoria do espaço. [...]”. Ora, se o trabalho é o intermédio pelo qual o homem transforma seu meio, tanto social quanto natural, a categoria de espaço geográfico, por excelência, entra na concepção de Formação Econômica e Social, uma vez que primordialmente as relações de produção visam alterar a realidade espacial transformando-a de natural em artificial para satisfazer as demandas e necessidades de uma dado sistema de relações, e a forma como se altera esse meio também está determinada pelo modo de produção de uma determinada sociedade.

Ainda segundo Bastos e Casaril (2016, p.278)

A Formação Sócioespacial refere-se à análise da concreticidade de uma sociedade (compreendendo sua evolução, sua situação atual, sua mudança histórica e suas relações) sendo esta uma realidade histórico-concreta, geograficamente localizada.

Assim, para compreender a Formação socioespacial é necessário compreender como se estrutura, concretamente, as relações sociais, historicamente construídas, que dão conta da produção desse dado espaço em um dado momento histórico, sendo a produção o alicerce da explicação, pois é através das relações de produção que o homem transforma o espaço, e para entender como a produção transforma o espaço geográfico é necessário compreender como se organiza a produção, pois as mecânicas, orientações e objetivos de transformação do espaço na ordem feudal é diferente das da ordem capitalista, por exemplo, sendo assim, compreender como os homens se organizam para produzir significa compreender como os homens transformam o espaço geográfico em um dado momento histórico.

Segundo Santos, “[...] a apreensão do particular como uma cisão do todo, um momento do todo, assim como o todo reproduzido numa de suas frações. [...] mas sempre um conhecimento específico, apreendido num dado momento de sua evolução” (1977 apud BASTOS e CASARIL, 2016, p.278). Com isso, para compreender a formação socioespacial de uma rede urbana, é necessário compreender a realidade objetiva de um fenômeno isolado sem perder a compreensão do todo ao qual ele faz parte, desta forma, para compreender como a

unidade Beira-Mangue II se formou da forma que se constituiu hoje, é preciso compreender todo o contexto urbano ao qual ela está inserida, enquanto desdobramento da expansão urbana do bairro de Rio Doce, Olinda-PE, que se insere no contexto da região metropolitana do Recife e este, por sua vez, produzido dentro da lógica do modo capitalista de produção (o todo estruturante). Assim como afirmam BASTOS e CASARIL (2016, p. 279):

Chegar-se-ia a realidade, a partir da compreensão dos fenômenos e suas manifestações, sendo que, o entendimento do fenômeno permitir-se-ia atingir a essência e, através do fenômeno e da essência entra-se em contato com a realidade, ou melhor, com o mundo da concreticidade, rompendo com o mundo da pseudoconcreticidade (aparência).

Destruir a pseudoconcreticidade significa desnudar o objeto das amarras ideológicas da aparência. Julgar simplesmente que as pessoas foram para a unidade Beira- Mangue II simplesmente pelo acaso ou que elas tomaram tal iniciativa de habitar aquele espaço da forma que habitam por mera escolha, livre de amarras ou condicionamentos e que constroem habitações precárias (como é possível notar por simples observação) em áreas indevidas por mera ignorância, seria permanecer apenas na esfera das aparências, da pseudoconcreticidade;

E para romper a aparência e desvendar o mundo real, ou seja, a totalidade é necessário entender a “[...] realidade como um todo estruturado, dialético, no qual ou do qual um fato qualquer (classe de fatos, conjunto de fatos) pode vir a ser racionalmente compreendido”. Assim, a totalidade não é o conhecimento resultante da soma das partes. “Os fatos são conhecimentos da realidade se são compreendidos como fatos de um todo dialético [...] se são entendidos como partes estruturais do todo (KOSIK, 1976 *apud* BASTOS e CASARIL, 2016 p.279).

Assim, para conhecer a realidade é necessário observar o objeto em suas particularidades dentro de um contexto que compreende o todo, o mesmo vale para a compreensão da produção do espaço geográfico. Pois, Segundo Santos (1977 *apud* BASTOS e CASARIL, 2016 p.281)

[...] o espaço reproduz a totalidade social [...] o espaço reproduz-se, ele mesmo, no interior da totalidade, quando evolui em função do modo de produção e de seus momentos sucessivos. [...] influencia também a evolução de outras estruturas e, por isto, torna-se um componente fundamental da totalidade social e de seus movimentos.

Desta forma, é possível compreender uma natureza dialética entre o espaço geográfico e as demais estruturas sociais, do espaço produzido por estas relações estruturais e do espaço geográfico como componente que também influencia em tais estruturas no interior da totalidade, gerando um movimento histórico. A esse respeito, Santos também observa que;

[...] a unidade da continuidade e da descontinuidade do processo histórico não pode ser realizada senão no espaço e pelo espaço. [...]”. Deste modo, “[...] A evolução da formação social está condicionada pela organização do espaço, isto é, pelos dados que dependem diretamente da formação social atual, mas também das formações econômico-sociais permanentes (SANTOS, 1977, apud BASTOS e CASARIL, 2016 p.281).

A formação socioespacial, enquanto parte de um processo histórico dialético, evidencia o desenvolvimento desigual das sociedades, explicando o porquê de determinadas áreas, como as unidades Beira-Mangue I e Beira-Mangue II, diferenciam-se umas das outras, pois a base das transformações espaciais se dá no embate das forças em contradição dentro do todo, do modo de produção capitalista caracterizado pelo domínio de uns poucos sobre os meios de produção e portanto, guias do processo de produção do espaço, e da grande maioria não detentora desses meios, e que quando organizadas, pressionam os grupos detentores por suas demandas ou estes próprios atuam de forma autônoma e bem menos sofisticada na produção do espaço. Usando de exemplo a unidade Beira-Mangue I, cujo materialidade foi estipulada pelo plano da primeira Cohab de Rio Doce, como parte de um programa do estado para sanar ou pelo menos tentar sanar o problema de moradia e da escassez de terra nas metrópoles brasileiras, mas que no decorrer da expansão urbana do bairro, assistiu a um transbordamento para além do que se foi previamente planejado pelos gestores, resultando em um espaço desigual e ainda assim interligado que é o que hoje conhecemos como Beira-Mangue II.

### 3.1 CONTEXTO GERAL DA ZONA METROPOLITANA DO RECIFE E DO BAIRRO DE RIO DOCE

Ainda no contexto de formação socioespacial anteriormente apresentada, a rede urbana aparece enquanto condição para a divisão territorial do trabalho, pois articulam os centros urbanos, seus setores de produção e distribuição de matéria-prima, trabalhadores, serviços, insumos, transporte e capitais. A rede urbana no capitalismo. Para Ribeiro:

Representa uma estratégia logística na acumulação de capital, que tem como expressão as cidades, dotadas continuamente de meios técnicos científicos, entre eles [...] um sistema de comunicação [...] e meios de transportes [...] que permitem a expansão do mercado. (1998, apud BASTOS e CASARIL, 2016 p.284).

Em sua natureza dinâmica, a rede urbana se transforma conforme o processo de reestruturação das relações sociais e de produção, se colocando enquanto uma dimensão

socioespacial da sociedade. “Se a totalidade da mudança institui uma nova organização espacial, por sua vez, a rede, como uma destas dimensões, passará por mudanças para dar conta das alterações da sociedade.” (SANTOS, 1985 *apud* BASTOS e CASARIL, 2016 p.284). Pensando essa questão, Bastos e Casaril (2016, p.288) afirmam que;

O dinamismo exposto pelas necessidades internas e externas acaba refletindo em relações contraditórias que geram conflitos, onde as necessidades externas, [...] , são próprias às determinações universais do modo de produção, já os imperativos internos são geridos pelas influências das formações socioespaciais, estas determinadas pelos enfoques das elites locais, que concebem subsídios importantes para a explicação e entendimento das especificidades de um dado centro urbano e/ou até mesmo das diferenciações entre os centros urbanos de uma determinada rede urbana. Para apreender a dinâmica transformadora de uma determinada rede urbana compete entender a racionalidade da estrutura socioespacial, a qual exerce importante função na acepção de tornar perceptíveis as lógicas geratrizes.

A complexidade da rede urbana resulta de processos que revelam relações desiguais de trocas associadas a divisão territorial do trabalho. Com isso;

Credita-se ao setor produtivo a peça fundamental para se iniciar a análise de qualquer rede urbana, pois se vive numa sociedade capitalista, onde os centros urbanos e por consequência as redes urbanas são estruturadas pela acumulação de capital, através de seus complexos de produção, distribuição, circulação e consumo (CASARIL, 2010; 2014 *apud* BASTOS e CASARIL, 2016, p.284).

Para Santos (1993, p.53 *apud* BASTOS e CASARIL, 2016, p.286), a rede urbana torna-se:

Cada vez mais diferenciada, cada vez mais complexificada, cada cidade e seu campo respondem por relações específicas, próprias às condições novas da realização da vida econômica e social [...] Hoje, cada cidade é diferente da outra, não importa seu tamanho [...].

Esse caráter complexo da rede urbana, se explica por meio da divisão territorial do trabalho, onde, sob a lógica de reprodução do capital, determinados espaços se especializam em eixos produtivos conforme o processo de reprodução e acumulação de capitais, pois, cada rede e centro urbano se insere distintamente nos processos de produção, distribuição, circulação e consumo.

A rede urbana constitui-se, segundo Corrêa (1989 *apud* BASTOS e CASARIL, 2016, p. 286) como o “conjunto de centros funcionalmente articulados”. Articulados no que tange os aspectos de produção e os aspectos de reprodução da vida social, assim podemos compreender uma rede urbana como um conjunto de centros urbanos distintos, em virtude da divisão territorial do trabalho característico de cada centro, mas ao mesmo tempo conectados no que

tange a uma dinâmica econômica submetida ao modo de produção vigente.

Para compreender uma dada rede urbana, é necessário buscar em seu processo histórico, compreendendo a rede como uma produção sócioespacial, sendo essa um reflexo da sociedade que a produziu, assim a rede urbana seria, segundo Corrêa (1997 p.93) “um produto social, historicamente contextualizado, cujo papel crucial é o de, através de interações sociais espacializadas, articular toda a sociedade numa dada porção do espaço, garantindo a sua existência e reprodução“. Para que primeiro se concretize uma rede urbana, é necessário primordialmente que se produza o próprio espaço urbano, este também enquanto uma produção sócioespacial, é fruto da ação de diversos atores que por vezes articulados, porvezes em conflito dão conta da criação da materialidade do espaço urbano para a reprodução da vida social por meio da lógica do modo de produção vigente. Prosseguindo com a compreensão do processo de urbanização, cabe aqui mencionar quais são esses agentes construtores do processo de produção do espaço urbano, sendo estes, segundo Dos Santos, (2012);

i) Os proprietários dos meios de produção: sua ação, junto a do agente Estado, extrapolam a produção do espaço urbano especificamente e se inscrevem, antes de tudo, na base da própria construção geográfica das sociedades. São eles os primeiros responsáveis pela prática da seletividade numa sociedade capitalista, seletividade essa que corresponde a própria montagem dos primeiros elementos estruturais do espaço. A escolha de um lugar para a localização de uma indústria, observando vantagens locacionais (baixos custos com impostos, insumos e mão-de-obra), por exemplo, constitui-se num ato de seletividade. Essa ação quase sempre tende a determinar (não de maneira definitiva) as localizações dos demais elementos do espaço na superfície, tais como serviços à produção, infraestruturas, habitações para os trabalhadores etc. E se levarmos em consideração apenas as repercussões de suas ações no âmbito da produção do espaço urbano, ainda assim não deixa de ter uma importância basilar, pois pelo fato de estarem ligados diretamente às atividades produtivas modernas esses agentes são os primeiros responsáveis pela formação do urbano. Por fim, devido a grandeza de suas atividades, tais agentes quase sempre impõem seus interesses sobre os demais, direcionando e ordenando as tensões espaciais à uma ordem específica, aquela que reproduz as condições de sua hegemonia.

ii) Os proprietários fundiários: donos do solo da cidade, agem no intuito de obter a maior renda fundiária de suas propriedades. Seus interesses podem conflitar com o dos proprietários dos meios de produção, haja vista que esses últimos não almejam o encarecimento do solo, pois isso significaria a perda de vantagens locacionais. Pelo fato de agirem a favor da venda do solo, os proprietários de terras são os responsáveis pela transformação da própria cidade em mercadoria, enaltecendo, dessa forma, os valores-de-troca dos territórios citadinos, e não seus valores-de-uso. São responsáveis também pela expansão da malha urbana.

iii) Os promotores imobiliários: são responsáveis pela incorporação, financiamento, estudo técnico, construção física dos imóveis urbanos e comercialização destes. Os promotores imobiliários complementam a tarefa de mercantilização da cidade realizada pelos proprietários fundiários ao atribuem

valor-de-troca aos territórios citadinos. Além disso, eles são responsáveis pela produção de outras formas espaciais sobre esses territórios urbanos, observando também vantagens locais, fato que pode fazer conflitar seus interesses com os interesses dos proprietários fundiários. A repercussão espacial de suas ações é também basilar, na medida em que a especulação decorrente de sua atuação determina a localização daqueles que não possuem condições econômicas para adquirir um imóvel.

iv) O Estado: Como dito, a atuação do Estado extrapola a produção do espaço urbano, estando na base da organização geográfica da sociedade. O Estado é um dos maiores responsáveis pela constituição das regras que ordenam a tensão estrutural do espaço, sua função é garantir a coabitação. É intrínseco à sua ação, mesmo diante da aparente neutralidade, o direcionamento das relações societárias para uma ordem específica que diz respeito a algum interesse dos demais agentes do espaço urbano. O ordenamento operado pelo Estado, nesse sentido, corresponde ao processo por meio do qual as relações entre as posições geográficas são direcionadas a um arranjo específico que pode, entre outras coisas, atender aos interesses específicos de um ou mais agentes.

v) Os organismos supra-estatais e financeiros: negligenciados por Correia (1995), esses grupos não são propriamente proprietários dos meios de produção, muito menos incorporadores imobiliários, mas uma mistura dos dois e que geralmente agem sem a regulação do Estado. Constituem-se, portanto, em articuladores socioespaciais que se realizam com vistas a cumprir interesses corporativos. Correspondem aos grandes grupos supra-estatais ou grupos financeiros, empreendedores urbanos, promotores de mega-eventos esportivos etc. Sua ação é essencialmente abstrata, pois não agem diretamente na produção do espaço, necessitando dos demais agentes para a concretização de seus interesses. Nesse momento de hegemonia do capital financeiro, sua atuação tende a ser, as vezes, mais hegemônica do que a dos proprietários dos meios de produção, por contado fato de geralmente sobrepor seus próprios interesses acima da capacidade de regulação dos Estados.

vi) Os consumidores: “gigantes adormecidos”, poderiam se constituir no grande agente hegemônico na produção do espaço urbano, mas se encontram imersos ideologicamente na insustentável sociedade de consumo hoje vigente. Esses agentes é que possibilitam a efetivação dos interesses dos proprietários dos meios de produção e dos incorporadores imobiliários, tendo sua localização determinada por uma combinação variável de preço dos produtos imobiliários e exigências/necessidades de consumo habitacional.

vii) Os grupos sociais “excluídos”: Até aqui chamados de “excluídos”, correspondem, como dito no início desse escrito, aos grupos de indivíduos cujas condições de vida são socialmente precarizadas pela urbanização. Não há, pois, excluídos de fato no espaço urbano, mas apenas aqueles que tiveram embargada a possibilidade de construir seus territórios de vida por conta da atuação dos demais agentes. Sua ação política, todavia, trás o germe de um resgate profundo da cidade enquanto lugar da política. Sobre a ação desses grupos é que nos debruçaremos nesse próximo item (2012, p. 68 - 70).

Tendo já listado quais os agentes produtores do espaço urbano, iremos nos focar no caso de Rio Doce e do complexo Beira-Mangue, onde podemos destacar dois grandes agentes, o Estado e os grupos sociais “excluídos“. No que tange a discussão a respeito da produção espacial do complexo Beira-Mangue, o Estado e os grupos socialmente “excluídos“ são os agentes de maior relevância na produção desse dado espaço, tendo em vista que Rio doce, como um bairro

de baixa renda, não atraiu muito a atenção dos grandes promotores imobiliários ou sofreu grandes impactos de organismos supra-estatais, e a esfera de consumo no bairro se limita essencialmente a redes de varejo, focado no nicho popular de consumo, sem gerar grandes centralidades. O bairro também não possui grandes propriedades fundiárias relevantes ou mesmo um setor produtivo relevante, geralmente tais propriedades aparecem muito mais na forma de pequenas propriedades familiares e cujo impacto não é suficientemente relevante como a dos agentes selecionados para embarcar a discussão. Tal realidade é melhor explicada quando pegamos o histórico de ocupação do bairro para compreendermos sua funcionalidade dentro da rede urbana ao qual se insere.

Podemos caracterizar o bairro de Rio Doce como sendo um projeto essencialmente habitacional, como se pode observar na nas informações contidas no documento apresentado logo abaixo:

**Figura 3 – Histórico do bairro de Rio Doce**

**HISTORICO**

Era uma antiga Vila de Pescadores, derivando o seu nome do rio que banha essa região – Rio Doce.

No local onde foi construída a vila era um sítio chamado Melões de Baixo, de propriedade do Sr. Edgar Lins que o vendeu para a COHAB- PE - Companhia de Habitação de Pernambuco.

Nos anos sessenta a COHAB iniciou a construção do Conjunto Habitacional da I Etapa do Rio Doce. Nos anos setenta deu continuidade a II, III, e IV e V etapas. Nesse mesmo período o bairro foi se valorizando e os pescadores, pouco a pouco, foram sendo expulsos da orla marítima pelas pessoas de maior poder econômico.

Durante o mesmo período aconteceram ocupações desordenadas na periferia e no entorno dos conjuntos por pessoas oriundas da Zona da Mata, em sua maioria, que vieram trabalhar na construção dos conjuntos e também pelos pescadores que deixaram seu habitat natural – a orla marítima.

Este topônimo passou a ter realce com a cartografia flamenga, relativa ao “Brasil Holandês”, a partir de 1630.

Do curso d’água, cujo trecho final entre a ponte que ultrapassa, até o oceano, constitui divisa com o município de Paulista.

Tem o nome de Rio Doce porque quando a maré está baixa, a água do rio é doce.

O rio Doce está perpetuado na história militar do Brasil, porquanto na sua margem direita MATIAS DE ALBUQUERQUE, a 16 de fevereiro de 1630, ofereceu a primeira resistência campal às tropas holandesas, invasoras de Pernambuco comandadas por Diederik Waerdenburch e que desembarcaram na tarde do dia anterior, na praia de Pau Amarelo, 5 quilômetros ao norte.

*Fonte: IBGE. Topônimos do Município de Olinda, separata da Revista de Geografia, Nº 3- Ano XXIV - Julho - Setembro, 1962.*

**Fonte: IBGE. Topônimos do município de Olinda, separata da Revista de Geografia, N 3- Ano XXIV – Julho-Setembro, 1962**

A partir disso, podemos compreender Rio Doce como um grande projeto habitacional no município de Olinda, sob orientação do poder público, para comportar a crescente população que abarrotava o entorno da metrópole recifense em meados do século XX, o que legitima o motivo

de termos selecionado o Estado e os grupos sociais "excluídos" para explicar a produção do espaço urbano do bairro e do complexo Beira- Mangue.

Para compreender o contexto urbano de Rio Doce, precisamos entender melhor o processo histórico de expansão urbana da metrópole recifense, nisso Dos Santos (2012) afirma:

Em Recife, o processo de urbanização se assenta numa cidade histórica, mas decadente no cenário nacional e lócus de enormes conflitos geo-políticos locais. Na cidade que insurgiu da lama, há muito já havia um forte processo de extensão e consolidação da malha urbana, mas sua efetiva urbanização só se deu com a chegada das primeiras indústrias (sobretudo as têxteis), o desenvolvimento do porto, a imigração advinda do campo e a conseqüente constituição de inúmeros fragmentos de pobreza encravados entre o cimento e os alagados. A regra majoritária na constituição dessa cidade sempre foi, desde o período colonial, a ocupação das planícies enxutas e de fácil arruamento pelas classes mais abastadas, relegando as áreas de planície alagada e encostas de morros para as classes subalternas. Edificou-se, dessa forma, uma cidade limpa e racional nos melhores sítios, ao passo que os segmentos socioeconomicamente mais precários foram obrigados a residir nos sítios mais complexos de serem devidamente habitados. (DOS SANTOS, 2012, p. 72).

A partir dessa descrição ainda com Dos Santos (2012):

Os projetos de reorganização do tecido da cidade foram as máximas desse processo de ordenação/modernização, bem como a destruição sistemática das moradias precárias e a produção em massa de novas habitações. Sobre a produção de moradia até o terceiro quartel do século XX, destacam-se no âmbito local: a Liga Social Contra os Mocambos<sup>2</sup>, principal política de higienização urbana e produção de moradia no Recife durante o Estado Novo; e a atuação das companhias locais de habitação, as COHABs, existentes desde a década de 1970. (DOS SANTOS, 2012, p.72).

A partir disso, compreendemos o processo de expansão urbana da metrópole recifense, que transborda para os municípios vizinhos, como Olinda, em um processo de consolidação de sua rede urbana, como um processo desigual de apropriação dos espaços mais bem situados pelas elites locais, alocando as camadas populares aos espaços menos privilegiados e sob a pressão demográfica causada pelo aumento populacional, em virtude do êxodo rural e da instalação do setor industrial, se fez necessária a ação do poder público para reorganizar a distribuição espacial, marcada por programas de higienização da metrópole e pelas Cohabs. É dentro do contexto da criação das Cohabs, nesse caso já dentro do município de Olinda, que podemos compreender como Rio Doce se situa dentro da rede urbana, enquanto projeto da habitação para promover a melhor ocupação do espaço urbano para as massas populares que compõe o grosso dos habitantes de uma região metropolitana do Recife em pleno processo de

expansão.

Para além do poder público, destacamos também a atuação dos grupos mais marginalizados no processo de produção do espaço urbano no complexo Beira-Mangue, afinal, como veremos no decorrer deste trabalho, boa parte da materialidade dessa região foi fruto de seu trabalho em meio as adversidades impostas pelo processo de urbanização. Segundo Pacheco e Santos (2013):

Geralmente à urbanização dos espaços nunca vêm acompanhada da infraestrutura pertinente com as necessidades daquele momento. De nada adianta fomentar o processo de urbanização e crescimento urbano de uma cidade e não atentar para as necessidades básicas dos sujeitos sociais que irão ter aquela cidade como o seu lugar (2013, p.8).

Compreendemos que o processo de urbanização não é um processo que atenta para as necessidades de todos os agentes envolvidos na produção do espaço urbano, isso se deve ao fato de a produção do espaço urbano ser predominantemente ditada pelos interesses dos grandes agentes detentores dos meios de produção do espaço urbano, pois, é da classe dominante que advém os recursos necessários para a produção de boa parte da materialidade socioespacial, sendo esta quem orienta o trabalho e é sob sua lógica de acumulação que este trabalho socialmente necessário é aplicado. Com isso, o objetivo da produção do espaço urbano nunca se tratou de atender as demandas de todos, ou gerar um espaço urbano democrático visando a plena satisfação de seus habitantes, mas esta visa majoritariamente atender aos interesses das elites, renegando boa parte da classe trabalhadora, que é quem de fato produz o tecido urbano, a espaços precarizados isso quando não completamente marginalizados, no caso daqueles com baixo poder aquisitivo. Segundo Silva (1997 *apud* PACHECO e SANTOS, 2013, p.08):

A urbanização gera enormes problemas, deteriora o ambiente urbano, provoca a desorganização social, com carência de habitação, desemprego, problemas de higiene e de saneamento básico. Modifica a utilização do solo e transforma a paisagem urbana. A solução desses problemas obtém-se pela intervenção do poder público, que procura transformar o meio ambiente e criar novas formas urbanas. Dá-se então a urbanificação, processo deliberado de correção da urbanização, ou na criação artificial de núcleos urbanos [...].

A partir disso, entendemos que o processo de urbanificação se trata de uma tentativa do poder público de mascarar a segregação urbana e as consequências (negativas) do processo de urbanização. Isso se deve em virtude do caráter dominante dos detentores dos meios de produção e do setor imobiliário no processo de decisão do uso e apropriação do espaço urbano, renegando

as massas populares o papel de apelar ao Estado, por meio de grupos mobilizados, por alguma política pública que atente para seus interesses.

Segundo Pacheco e Santos (2013, p.09) “O resultado de um processo de urbanização (des) planejado é um crescimento urbano desordenado, levando a (in)sustentabilidade socioespacial e ambiental.” Nesse sentido, podemos compreender o processo de produção do espaço urbano como sendo guiado pelo modo de produção vigente em um dado período histórico, que no nosso caso, é o modo de produção capitalista. Sua lógica visa atender primordialmente os interesses da classe dominante detentora dos instrumentos necessários para guiar o processo de produção do espaço urbano, estando mesmo o poder público sujeito aos seus interesses. Porém, em virtude da natureza contraditória e antagônica desse modo de produção, o que vemos é uma produção desigual do espaço, com as massas trabalhadoras tendo pouco poder de participação e decisão no planejamento formal do espaço que eles mesmos constroem e habitam, porém estes últimos, também como agentes compositores da sociedade, ainda se colocam enquanto agentes da dinâmica socioespacial, seja apelando ao poder público ou eles mesmos se apropriando de forma indevida do espaço urbano para garantir sua subsistência, neste último caso, produzindo o espaço urbano as margens do planejamento dos grandes agentes, gerando o que compreendemos como crescimento desordenado.

Por isso compreendemos que o processo de expansão urbana é um processo contraditório e desigual, onde os atores envolvidos não dispõe do mesmo poder para orientar os rumos da produção do espaço. Em tal processo é nítida o caráter de disputa entre os interesses de classe pelo espaço urbano, pois em um processo tão marcado pela desigualdade e desequilíbrio de forças em uma categoria tão determinante para a sociabilidade dos inúmeros sujeitos ali presentes. Tal relação força as camadas mais baixas da sociedade a se organizar politicamente em nome de melhorias para o contexto urbano em que vivem, cujo resultado dessas reivindicações irá depender do grau de organização e da força de tais movimentos para mandar suas pautas ao poder público para que essas sejam ouvidas.

Assim, como afirma Moreira (1998 *apud* PACHECO e SANTOS, 2013, p.09),

“[...] é essa complexidade do viver-pensar-sentir-fazer humanos no território, que organiza o espaço de acordo com a estrutura de classes do lugar e, essa estrutura de classes é sobredeterminada pelo próprio espaço.”

Assim compreendemos que na produção do espaço urbano, as camadas mais baixas não devem ser observadas como entes passivos da urbanização, mas como atores de tal processo, cujo luta e reivindicações também alteram e produzem a dinâmica urbana, mesmo que os detentores dos meios de produção tenham maior destaque, principalmente no que tange a infraestrutura e funcionalidade do espaço urbano, o urbano, enquanto expressão material das relações humanas, se configura enquanto produção socioespacial guiada por diversos agentes com interesses contraditórios, e daí emerge um complexo sistema de relações que produz o meio urbano. Segundo Pacheco e Santos (2013, p.9);

O espaço é o lugar onde se dá o trabalho. O homem se apropria da natureza e produz o espaço geográfico. É nesse espaço dinâmico, eclético que estão as cidades. Reconhecer estas como sendo um sistema dinâmico e complexo, fora de equilíbrio e auto-organizável.

Orientado pela lógica capitalista de produção e pelos conflitos de classe, o meio urbano se coloca como uma materialidade complexa, dialética e em movimento constante, onde a dinâmica de produção não se faz apenas pelos grandes agentes, mas também pelos pequenos agentes, estes detentores de sua força de trabalho que orientada ou não pelo grande capital ou pelo Estado, produzem o espaço geográfico para o atendimento de suas necessidades. É dessa dinâmica que podemos compreender como a Beira-Mangue II construiu sua materialidade mesmo fora de qualquer grande circuito do poder estatal ou do grande capital, pois no fim, quem realmente produziu a materialidade daquele espaço foram as pessoas, os trabalhadores, em sua necessidade humana de alterar o espaço para perpetuar seu modo de vida.

A partir do que foi exposto, já fica bastante nítido que o processo de urbanização produz um contexto urbano excludente que não apenas em geral gera um crescimento desordenado das cidades, mas também cria um processo de segregação socioespacial. Castells (1983 apud PACHECO e SANTOS, 2013, p.9) interpreta a segregação urbana a partir da distribuição de residências pelo espaço. Para este autor, a maneira e as características das moradias e de seus habitantes estão diretamente relacionadas aos tipos e níveis das instalações e funções residenciais. Dentro do contexto da Beira-Mangue, observamos uma nítida conturbação na unidade Beira-Mangue II (a comunidade) comparada com a Beira-Mangue I. As residências são em sua maioria mais precarizadas, as ruas mais tortuosas e os locais de instalações dessas residências mais impróprios, um nítido contraste em relação à unidade I da Beira-Mangue.

Pacheco e Santos (2013) acredita que o nível de renda, o status profissional, o nível de filiação étnica e a fase do ciclo da vida, por exemplo, são os responsáveis pela distribuição geral dos locais e residências, com os grupos menos privilegiados se concentrando em determinadas áreas e os mais privilegiados em outras, portanto, é possível afirmar que da estratificação urbana também ocorre a estratificação social, produzindo um distanciamento entre os atores a partir de sua ocupação do espaço urbano gerando assim a segregação espacial. “Segregação é um processo segundo o qual diferentes classes ou camadas sociais tendem a se concentrar cada vez mais em diferentes regiões gerais ou conjuntos de bairros da metrópole” (VILLAÇA, 2001 apud PACHECO e SANTOS, 2013, p.10)

A segregação das classes sociais no espaço urbano se origina a partir da localização na cidade;

[...] há dois valores a considerar no espaço urbano. O primeiro é o dos produtos em si – os edifícios, as ruas, as praças, as infraestruturas. O outro é o valor produzido pela aglomeração, dado pela localização dos edifícios, ruas e praças, pois é essa localização que os insere na aglomeração. A localização se apresenta, assim, como um valor de uso da terra – dos lotes, das ruas, das praças, das praias – o qual, no mercado, se traduz em preço da terra. Tal como qualquer valor, o da localização também é dado pelo tempo de trabalho socialmente necessário para produzi-la, ou seja, para produzir a cidade inteira da qual a localização é parte. (VILLAÇA, 1998 apud PACHECO e SANTOS, 2013, p.11)

Assim, na dinâmica capitalista de produção, reprodução e acumulação do capital no espaço geográfico, o valor se converte em localização e a localização em valor, tornando determinadas áreas, aonde tal esquema mais se concentra, mais valorizadas em detrimento de outras. Essa valorização se converte em encarecimento de certos espaços urbanos, onde por sua vez o grau de inserção dos sujeitos a sociedade de consumo é quem irá ditar o uso desses espaços, tornando-os mais valorizados e menos acessíveis as camadas populares, fazendo-as se conglomerar nos espaços de menor valor em um processo de exclusão que também determina a localidade das habitações de determinados sujeitos e também quais espaços serão privilegiados pela atuação do poder público, pois, em uma sociedade capitalista são as leis de mercado, em sua lógica de reprodução e acumulação de capitais, quem ditam a prioridade da atuação das grandes estruturas sociais. Tal condição, gera as abissais disparidades sociais, tendo em vista que é a partir da condição social e do grau de inserção a sociedade de consumo dos sujeitos que será ditado o seu lugar dentro do espaço urbano.

Referente aos processos em curso na região metropolitana do Recife Dos Santos, citando Castilho afirma;

Com a urbanização do terceiro e quarto quartel do século XX, o processo de construção de uma cidade desigual se intensifica. Acirram-se os conflitos entre aqueles que se esforçam para a construção de uma “cidade à acumulação de capital” e aqueles que lutam para a construção de uma “cidade à realização plena da vida humana (CASTILHO, 2011 apud SANTOS, 2012, p.65).

Compreendemos com essa citação e a partir do que já se foi exposto sobre o processo de urbanização, que a partir da intensificação desse processo na região metropolitana do Recife na segunda metade do século XX, com a chegada das indústrias e a intensificação do êxodo rural, que abarrotou a metrópole com uma grande massa de trabalhadores aliado com a natureza da dinâmica capitalista de produção do espaço, que visa a construção de uma cidade para atender as demandas de acumulação de capital, os antagonismos pelo projeto de cidade também se acirram, gerando disputas políticas que tem o poder estatal como arena de embate ideológico, mas, como afirma Dos Santos (2012):

A atuação do Estado, por sua vez, sempre deu maior respaldo aos interesses privados do que aos populares. Sua atuação limitou-se, em maior parte, a implementação dos planos de higienização e “haussmannização” do espaço. Os projetos de reorganização do tecido da cidade foram as máximas desse processo de ordenação/modernização, bem como a destruição sistemática das moradias precárias e a produção em massa de novas habitações (SANTOS, 2012, p.65).

Compreendemos que a atuação do poder público nem sempre se dá de forma eficiente. Suas políticas quase sempre se resumiram a um processo de “limpeza paisagística”, muito mais com o intuito de embelezar as cidades que de fato construir uma integração urbana. Segundo Dos Santos (2012, p.70)

No Recife, como vimos, os detentores das terras enxutas citadinas e o urbanismo sempre foram os “carros chefes” desse processo, tendo a ação política dos socioespacialmente excluídos como um opositor que sempre trouxe potencialmente a capacidade de salvaguardar a cidade.

Com isso, o autor afirma que apesar de nem sempre o poder público se mostrar eficiente no atendimento das demandas populares por uma nova cidade, nem tudo está perdido, pois os próprios movimentos, quando bem organizados, são sim capazes de transformar o espaço urbano e produzir uma alternativa a realidade imposta pelos grandes agentes para Santos (2012, p.70):

Os “excluídos”, ou precarizados pela urbanização são os responsáveis pela resistência

da cidade contra a destruição criativa da urbanização. Sua ação, todavia, não decorre apenas das condições de precariedade material impostas pela urbanização capitalista, mas também pela necessidade de afirmação diante de uma realidade que nega o diferente e os ritmos de vida arraigados nos lugares, que nega também a cidade e o homem enquanto projeto social.

Com isso, o autor pontua que não é apenas da precariedade material que parte a ação de tais grupos, mesmo os aspectos mais subjetivos e de identidade geram a mobilização em nome de um novo projeto de cidade. Um que não contemple apenas o produtivo ou apenas o essencial, mas também as afetividades e o ser-humano em toda a plenitude da palavra, pois os humanos são mais do que máquinas de produzir, consumir e habitar, eles são dotados de subjetividades e afetividades, inclusive pelo próprio espaço que habitam. Suas comunidades são mais do que apenas o chão onde moram, são os lugares onde eles constroem suas histórias. Dos Santos (2012, p.70) ressalta que “Ao propor uma melhor distribuição social e igualdade de acesso às benesses do viver urbano, esses grupos forjam a reconstrução da cidade enquanto lócus da política.” Afinal, a luta por moradia, por qualidade de vida é reivindicar uma cidade que também é sua. Esses grupos se manifestam enquanto agentes políticos de transformação do espaço enquanto se posicionam politicamente, tendo ou não consciência disso, frente a um sistema de relações políticas e econômicas que não lhes contemplam em seu projeto de cidade. Mesmo não atacando diretamente as raízes dos problemas urbanos, não indo ao cerne das condições que as determinam, a sua luta se soma a de tantas outras por uma alternativa de futuro diferente ou do que foi dado pelo modo de produção capitalista, sendo mais uma das inúmeras expressões da luta de classes em desenvolvimento no cerne das relações sociais da sociedade capitalista.

Na unidade Beira-Mangue II é perceptível a ação de grupos dessa natureza. Por diversos momentos a organização de moradores exigindo da prefeitura o acesso a direitos como a coleta de lixo e a chegada de um sistema de correios já tomou páginas dos jornais locais. Porém essas manifestações surgem de um caráter muito mais espontâneo que a partir da organização de entidades locais.

A localidade também dispõe de uma associação de moradores, porém o papel desta na organização de tais manifestações não parece muito claro, aparentemente a associação assume papel mais burocrático, cuidando de questões administrativas e organização de eventos dentro da localidade.

### 3.2 AS COMPANHIAS DE HABITAÇÃO (COHABS)

Como já exposto anteriormente, o processo de ocupação do bairro de Rio Doce remonta as antigas vilas de pescadores que se concentravam na região costeira do atual bairro cujo terras eram do posse do Sr. Edgar Lins, um político e industrial da moagem de café e de outros empreendimentos na década de 1960, que vendeu as terras que hoje compõe o bairro de Rio doce para a Companhia de habitação (Cohab) em 1967, sendo este órgão governamental o responsável direto pelo processo de urbanização do bairro e de seus desdobramentos que resultaram na espacialidade do complexo Beira-Mangue e de todo o bairro de Rio Doce, portanto, para entendermos como se deu o processo de formação socioespacial do complexo Beira-Mangue em Rio Doce, temos que compreender o âmbito geral da atuação das Cohabs e dessa no bairro de Rio Doce.

Os primeiros projetos de intervenção estatal no setor da habitação popular ocorrem com a criação da Fundação da Casa Popular, em 1946 sob gestão do governo Vargas, objetivando, segundo SILVA, Iranise (apud CABRAL, ANTÔNIO, 2013).

Viabilizar uma política habitacional de âmbito nacional para população de baixa renda, visto que as instituições preexistentes [Institutos, Caixas de Pensões e Aposentadorias] atuavam no setor de habitação, de forma fragmentada e limitada apenas aos seus sócios [...] a atitude do Estado nesse período caracterizou-se pelo descompasso entre o discurso populista e a ausência de soluções práticas para as necessidades habitacionais das classes populares. (CABRAL, 2013, p.133)

No período do regime militar, a política habitacional do Estado brasileiro inicia-se por meio do Plano de Ação Econômica do Governo (PAEG), que;

Objetivava estimular a indústria da construção civil, através de um programa habitacional ‘voltado a atender à demanda das populações, tornando a aquisição da casa própria acessível às classes menos favorecidas (SILVA apud CABRAL, 2013, p. 133).

Entretanto, “a função empresarial, norteadada pelo lucro, estava claramente priorizada, pela qual a preocupação social ficava reduzida a mera declaração de desejos” (CABRAL, 2013, p.133,134)

Motivados pelo êxodo rural, principalmente com o processo de modernização agrícola e industrialização em meados do século XX, o governo Federal, por meio da Lei 4.380, de 21 de agosto de 1964, criou o Sistema Financeiro de Habitação (SFH). Com essa lei o governo cria o Banco Nacional de Habitação (BNH) e deu respaldo jurídico para a criação das companhias de

habitação como forma de dar assistência na elaboração e execução de planos diretores, projetos e orçamentos para a solução do problema habitacional. (ABC HABITAÇÃO, 2020). Segundo Cabral (2013, p.134) o BNH “[...] procurava da legitimidade ao novo regime, e também almejava mostrar através de uma imagem de sensibilidade às necessidades sociais de amplos setores populares [...]”

Em 1966 o então presidente Castello Branco, sanciona a lei que dá origem ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), onde por meio de um depósito feito pelo empregador na conta do empregado, se é possível fazer o resgate de tal valor pelo empregado quando este é demitido, com isso formou-se um grande volume de recurso que passou a financiar as habitações de interesse social no Brasil. Com recurso abundante e sucesso na construção de moradias, as Companhias de Habitação se tornaram importantes agentes do Sistema Financeiro de Habitação. Com isso as Cohabs emprestavam recursos do BNH,construíam unidades habitacionais e as vendiam para honrar o financiamento:

Com a produção habitacional aquecida, surgiu a necessidade de se criar um órgão nacional que articulasse as Companhias de Habitação, promovendo trocas de experiência e que defendesse seus interesses junto ao BNH. Em 18 de abril de 1974, na sede do Banco Nacional de Habitação, uma reunião de representantes de Cohabs e entidades assemelhadas aprovou a criação da Associação Brasileira de Cohabs (ABC), uma entidade sem fins lucrativos, com o objetivo de promover estudos e soluções para a problemática habitacional brasileira. Entre 1964 a 1991 as Companhias de Habitação produziram cerca de 2 milhões de moradias (ABC HABITAÇÃO, 2020).

Cabral (2013, p.135) nos dá um complemento acerca das primeiras iniciativas públicas, anteriores as Cohabs, para a construção de residências urbanas, afirmando que esse primeiros programas habitacionais se destinavam as classes médias e altas, com renda familiar superior a cinco salários mínimos e que somente para atender as camadas populares é que a Política de Habitação Popular vai implementar as Cohabs, destacando que estas eram agentes promotores/executores dos programas de habitação popular do BNH, constituídas sob a forma de sociedades mistas, o poder público, Estado ou Município, detendo o controle acionário, com os recursos advindos do FGTS e que “As Cohabs passam para o setor privado todas as funções produtivas, limitando-se, apenas, a fiscalizarem as obras e a liberarem parcelas de financiamento, de acordo com cronograma físico-financeiro, e incumbindo-se da comercialização e das cobranças” (CABRAL, 2013, p.135).

Ainda segundo Cabral (2013, p.135):

Para amenizar o problema da inadimplência e abandono de imóveis pelos mutuários, as COHABs introduziram, em 1975, um redirecionamento da política de habitação popular com modificações substanciais nas normas de atendimento. A mais importante foi privilegiar as faixas de renda mais alta do mercado popular (mudando a composição da clientela), elevando para cinco salários o nível mínimo de atendimento, contribuindo para exclusão dos habitantes de baixa renda e para a proliferação da especulação imobiliária, que elevam os preços dos imóveis e aluguéis. Assim, quando os reajustes da prestação eram inferiores às taxas de inflação, essas moradias tornavam-se vantajosa para os adquirentes, gerando aumento da demanda superior ao da oferta, incentivando o clientelismo político. O cartão de recomendação de um político influente passou a ser condição indispensável para se conseguir a casa.

Obviamente esse não foi o quadro observado na atuação das Cohabs em Rio Doce, pois até hoje se nota um perfil de baixa renda entre os habitantes da unidade Beira-Mangue I, beneficiados pela política das COHABs, nos levando a considerar que tal conjuntura tenha sido uma característica geral da atuação das COHABs pelo Brasil, mas não necessariamente em Rio Doce. De qualquer forma, o autor usa esse argumento para explicar o fracasso do programa de habitação popular do BNH, afirmando que;

[...] no âmbito do qual apenas 280 mil trabalhadores de baixa renda foram atendidos, de um déficit habitacional calculado em sete milhões de moradias ou 3% da meta original, levou à criação, em 1973, do Plano de Habitação Popular — PLANHAP, que teria como áreas prioritárias de atuação cidades com mais de 50 mil habitantes e/ou taxa de crescimento superior a 7%, com clientela, famílias com renda familiar de um a três salários mínimos (CABRAL, 2013, p.135,136).

A partir do início da década de 1980, o Brasil passou por um agravamento da crise econômica, com elevados índices de inflação, conjugado com contenção de salários e desemprego, situação somente controlada a partir da segunda metade dos anos 1990, quase levando o SFH ao colapso.

Com a extinção do BNH, em 1986, e a falta de uma política habitacional, as Cohabs e, conseqüentemente a ABC, tiveram dificuldades de garantir a moradia digna para a população. No primeiro ano após a extinção do BNH, as Cohabs financiaram 113.389 casas populares. Porém, durante o primeiro semestre de 1988, esse número caiu para 30.646 unidades. Essa redução ocorreu devido às mudanças da política habitacional a partir da Resolução nº 1464, de 26 de fevereiro de 1988, do Conselho Monetário Nacional, e normas posteriores, visando o controle das dívidas dos estados e municípios, criando medidas restritivas ao acesso a créditos por parte do setor público (ABC HABITAÇÃO, 2020).

Após esses acontecimentos, a ausência de uma política habitacional só fez crescer o déficit habitacional no país. De modo que em 1995, se estima que a necessidade por novas moradias no Brasil ultrapassavam 5 milhões de unidades. Nesse período, o modo de operação e a estrutura das Companhias Habitacionais passaram por grandes mudanças e já não se pode mais

falar em uma identidade do sistema Cohabs. (ABC HABITAÇÃO, 2020).

Dessa forma, “Em 1992, as Companhias de Habitação puderam participar, como agentes financeiros, do Programa de Habitação Popular (PROHAP), inserido no Plano de Ação Imediata para a Habitação (PAIH), porém as ações e os resultados foram pouco representativos.” (ABC HABITAÇÃO, 2020) e somente no ano 2000, após todo o esquema de conjuntura nacional que conspirou para o colapso do modelo de atuação das Cohabs, modelo esse que foi o adotado na atuação das Cohabs em Rio doce, é que a habitação de interesse social voltou à pauta do Governo Federal com a Emenda Constitucional nº 26.

Em 2004, quase 20 anos depois do fim do BNH, as Companhias que mantiveram uma estrutura de produção puderam se credenciar para operar diretamente com os recursos do Programa de Subsídio à Habitação de Interesse Social (PSH). (ABC HABITAÇÃO, 2020).

Em Pernambuco, a inicialmente chamada Companhia de Habitação Popular do Estado de Pernambuco (COHAB-PE), foi constituída em 1º de outubro de 1965, por meio da Lei Estadual nº 5.654. Na época vinculada à secretaria de Habitação do Estado, que tinha como objetivo participar da política de desenvolvimento urbano do Estado, promovendo a racionalização dos problemas habitacionais da comunidade, bem como projetar, executar e conservar diretamente ou através de terceiros as obras de construção de edifícios públicos do Estado de Pernambuco. A Cohab-PE foi extinta em 22 de novembro de 1999, quando foi incorporada pela Pernambuco Participações e Investimentos S/A (Perpart). (LAI-PE, 2019)

[...] em 06 de abril de 1979, foi criada a Empresa de Melhoramentos Habitacionais de Pernambuco S/A (Emhape), também vinculada à secretaria de Habitação. Em 28 de janeiro de 1999, a EMHAPE passa a ser vinculada à secretaria de Infra-Estrutura do Estado. (LAI-PE, 2019).

Em julho de 2003, a empresa passa a ser chamada de Companhia Estadual de Habitação (Cehab) e é vinculada à secretaria de Desenvolvimento Urbano e em dezembro do mesmo ano, a Cehab tem sua denominação alterada para Companhia Estadual de Habitação e Obras. Em janeiro de 2007, sua vinculação passou para a então secretaria Estadual das Cidades e em janeiro de 2015, com a criação da Secretaria Estadual de Habitação de Pernambuco (SecHab), a Cehab passou a ser órgão da mesma. (LAI-PE, 2019).

Podemos então constatar, que as Cohabs se configuraram como um importante veículo de produção do espaço urbano no país. Em um contexto de busca pela consolidação da estrutura

urbana nacional em um país que assistia a um forte processo de êxodo rural, mas que não se sustentou logo que circunstâncias maiores reconfiguraram os planos de investimentos para moradia no Brasil. Em Rio Doce, mais especificamente na primeira Cohab de Rio Doce, a atuação das Cohabs cumpriram seu propósito de garantir moradia a população de baixa renda e ajudaram a tornar o bairro no mais populoso do município de Olinda, desafogando a demanda por moradias em outras parte da zona metropolitana do Recife, mas ainda assim sua atuação foi insuficiente para lidar com a alta demanda por moradias, mais do que isso, as antigas vilas de pescadores e os próprios trabalhadores da construção civil acabaram por não ser contemplados pelo programa habitacional, deixando ainda assim um déficit habitacional no bairro, que resultou nas ocupações irregulares presentes até os dias de hoje.

### 3.3 PROCESSO DE OCUPAÇÃO DA UNIDADE BEIRA-MANGUE I

O presente capítulo apresenta o processo de ocupação da unidade Beira-Mangue I, primeira unidade que compõe o complexo Beira-Mangue e com uma população estimada pela secretaria de saúde de Olinda em 4133 habitantes. Tal apresentação será feita a partir das informações obtidas por meio da aplicação de entrevista semiestruturadas com um dos moradores da localidade, com quase 40 anos de residência na unidade. O único que se habilitou a compartilhar sua vivência.

O entrevistado relatou que foi sorteado para receber sua atual residência pela Cohab em 1981. O mesmo também declarou ter sido morador do Arruda antes de ter sido sorteado, e que na época hesitou em receber a casa por achar a localidade muito distante, mas que por fim acabou aceitando pela garantia de uma casa própria e por não ter mais que se preocupar em pagar aluguel de casa. Tal relato pode nos evidenciar uma das falhas de planejamento das antigas Cohabs, com uma política aleatória de entrega de moradias populares, desconsiderando completamente o contexto do cidadão contemplado pelo programa, onde o mesmo se vê forçado a abandonar todo um contexto de vida e trabalho, e porque não também de afetividade espacial, tendo que adaptar seu modo de vida a um novo contexto que pode lhe ser hostil, na medida que este pode vir a ser forçado a percorrer maiores distancias para seu local de trabalho, sendo exposto a maiores problemas de mobilidade urbana, e porque não essa própria condição de afastamento do local de trabalho vir a ser um dos fatores do precário quadro de mobilidade urbana do contexto nacional (revelando uma falta de perspectiva urbana mais ampla por parte do

projeto das Cohabs), e também de seus vínculos familiares e afetivos.

O mesmo afirma que ao chegar na localidade se deparou com parte da estrutura física do lugar finalizada, com casas populares contando com sistema de encanamento de água, energia e rede de esgoto, porém este também relata que as ruas que ainda não estavam devidamente pavimentadas, também afirmando que a localidade carecia de eficiência dos serviços públicos, como a coleta de lixo, onde o mesmo afirma que era bastante comum haver amontoados de lixo pelas ruas e que por vezes havia falta de água (apesar de haver encanamento nas casas). Também era comum haver alagamentos nas épocas de chuva, e como muitas ruas ainda não estavam pavimentadas, havia muito lamaceiro. A localidade também carecia de serviços de saúde próximos, forçando-o a se deslocar para áreas mais distantes para se conseguir algum atendimento e a paisagem não lhe agradava, principalmente na parte da feira de Rio Doce, que o mesmo considerava muito desorganizada, e que para piorar, começou a surgir invasões nas áreas por trás da sua rua (se referindo justamente as primeiras ocupações do que hoje é a unidade Beira-Mangue II), que ao longo dos anos aumentou a violência do lugar.

Como um todo, o mesmo classificou a localidade como abandonada por um bom tempo, mas que naquela época isso era uma característica do bairro de Rio Doce como um todo, desde o litoral até as partes mais no interior do bairro.

O mesmo afirma que ao longo dos anos 1990 as coisas também não melhoraram muito, e que apenas a partir dos anos 2000 foi que se começou a haver mudanças significativas na localidade, a começar pela construção de duas unidades de saúde próximas, melhorias no sistema de coleta de lixo, renovação do asfaltamento, regularização do abastecimento hídrico. Houveram intervenções na feira de Rio doce, garantindo melhorias na paisagem do lugar, e o comércio e os micro-negócios começaram a florescer. Um residencial foi erguido próximo a sua casa, e até mesmo a questão do lazer também melhorou nos últimos anos com a finalização do estádio Grito da República, que o mesmo confessa ter visto com olhar negativo de início, em virtude do atraso das obras, acúmulo de lixo e entulho, e que o mesmo considerava como um empreendimento desnecessário, afirmando que achava melhor construir um hospital para atender toda a região (mesmo que nessa época já se encontrava efetivada duas unidades de saúde no entorno da área), mas que hoje se coloca como uma boa área para se distrair, socializar, se exercitar e acompanhar alguns amistosos.

Cabe aqui frisar que nem o estádio nem uma das duas unidades (a mais próxima da

residência do entrevistado) se encontram oficialmente na unidade Beira-mangue I, como podemos notar observar na imagem cedida pela secretária de saúde de Olinda abaixo do parágrafo, onde nem o estádio nem a unidade de saúde em questão se fazem presentes dentro das delimitações da Beira-Mangue I. Mas por estarem bem próximas a essa (ainda na primeira etapa de Rio doce), os habitantes da localidade acabam se beneficiando, como o morador em questão, que é habitante da microárea 1 da unidade.

**Figura 4 – Estratégia de saúde da família (ESF) Beira-Mangue I**



**Fonte: Diretoria de atenção básica (DAB) de Olinda, 2019**

O entrevistado afirma que hoje em dia não tem muito do que se queixar do lugar, com exceção da violência e de alguns alagamentos periódicos mas no geral se sente bem confortável com a localidade, mas, como ele afirmou anteriormente, nem sempre foi assim, foi necessário muita pressão sob a prefeitura para que ela torna-se o lugar o que é hoje.

Com o relato do entrevistado, podemos extrair a ideia de uma falta de planejamento mais amplo por parte da aplicação do projeto da primeira COHAB de Rio Doce (até mesmo de negligência), mais especificamente na unidade Beira-Mangue I, na medida que o mesmo afirma que somente a partir das duas últimas décadas é que se foi possível observar melhoras significativas no quadro habitacional da localidade, quando esta já não estava mais sob execução e supervisão da antiga Companhia de habitação, tendo tido a prefeitura de Olinda um maior papel de destaque na reorganização do espaço urbano da localidade, no que tange o atendimento

das demandas populares e tendo a própria organização dos populares papel central na produção do espaço urbano, não apenas no que tange a própria reprodução da vida social no espaço geográfico, como também enquanto agentes políticos que fizeram frente ao poder público para exigir que suas demandas fossem ouvidas e conseqüentemente atendidas.

O relato do entrevistado também reforça a hipótese de maior conforto com a situação urbana por parte dos moradores da unidade Beira-Mangue I, quadro observado pelo resultado dos questionários aplicados na localidade, que expõe um certo grau de satisfação com o contexto urbano em que vivem, com exceção do quesito de violência urbana, mas no geral, ainda um quadro de maior comodidade, principalmente se comparado com a unidade II do complexo Beira-Mangue.

#### 3.4 PROCESSO DE OCUPAÇÃO DA UNIDADE BEIRA-MANGUE II

O presente capítulo busca apresentar o processo de ocupação da unidade Beira- Mangue II, segunda unidade do complexo Beira-Mangue, com população estimada pela secretaria de saúde de Olinda em cerca de 4325 habitantes. Tal apresentação partirá das informações que foram obtidas via aplicação de entrevistas semiestruturadas com dois moradores antigos da localidade, ambos possuindo mais de 40 anos como habitantes do local. O primeiro dos entrevistados se apresentou como um agricultor oriundo da zona da mata do final da década de 1970, que estava buscando emprego na cidade grande, e que optou por habitar a localidade devido a disponibilidade de terreno. O morador fala sobre um aterramento no lugar, onde foram usados lixo e garrafas pet, e que por cima desse aterro, feito em uma área de mangue, é que se foi construída sua residência. Também foi relatado por este que por um tempo, na ausência de emprego, o mesmo usou da coleta de caranguejos para a venda nos mercados do recife, e por vezes até para o próprio consumo. O mesmo também recorda que quando havia se mudado para o local, a área era toda coberta por vegetação de mangue e o processo de ocupação ainda estava em estágio inicial (no final da década de 1970), com poucas casas construídas na área do mangue. Dessa forma, havia pouca poluição e haviam muitos caranguejos, e que não era raro moradores de outras partes do bairro virem também coletar caranguejos na área para o consumo.

Eventualmente, à medida que mais pessoas vinham chegando e construindo suas casas na

localidade, o entrevistado relatou começar os primeiros problemas sanitários, na medida que os moradores faziam suas necessidades e despejavam seu esgoto nas águas do Rio Frágoso. O mesmo afirma que a quantidade de peixes e caranguejos começou a diminuir bem como a vegetação nativa, na medida que muitos novos moradores plantavam pés de bananeiras para vender as bananas e completar a renda familiar, além de se queixar das inundações frequentes nos períodos de chuvas, que somado as péssimas condições sanitárias traziam doenças como leptospirose.

No que se refere a atuação do poder público, o entrevistado foi bem direto ao dizer que nunca houve sequer uma única ação da prefeitura na localidade, nem mesmo uma única visita, que foi tudo erguido pelos moradores e qualquer problema era resolvido pelos próprios moradores. Ele também menciona que nunca houve nenhuma disputa com a prefeitura, que a localidade sempre foi ignorada e que a prefeitura nunca ajudou mas também nunca atrapalhou.

O outro entrevistado confirma muito do relato do primeiro, que a zona que ainda não havia sido aterrada pelos conjuntos habitacionais era coberto de mangue e que os habitantes coletavam caranguejos para a venda e consumo. Também menciona que toda a área foi uma invasão, mas ele também acrescenta que o processo de aterramento foi uma ação conjunta entre diversos moradores, onde cada morador fora separando lotes de terra para si e que com o passar do tempo, à medida que outras pessoas foram chegando para ocupar o local, fora cada um construindo seus becos, invadindo mais, aterrando mais e expandindo mais.

O entrevistado também relata que de início as casas eram realmente barracos, feitas de restos de material de construção e lona, mas com o passar do tempo, principalmente nos últimos anos, possivelmente em virtude do crescimento econômico observado no país ao longo dos anos 2000 e até meados dos anos 2010, e as famílias passaram o reformar suas casas e a adotar um estilo de alvenaria nas construções, muito embora ainda seja possível observar palafitas e barracos na localidade ainda hoje.

O relato do segundo entrevistado também confirma o que foi dito pelo primeiro, no que se refere a atuação da prefeitura, nunca houve qualquer suporte desta para com a comunidade, e que nunca se foi feita nenhuma intervenção que viesse a prejudicar os moradores. O mesmo também foi direto ao afirmar que toda a área é uma invasão.

No decorrer da entrevista, ainda quando questionado sobre a atuação do poder público na localidade, o segundo entrevistado afirmou que em 2014 representantes do poder público vieram

a localidade informar sobre o projeto de construção de um canal na área, e que os moradores seriam indenizados ou ganhariam apartamentos populares da prefeitura, recebendo uma quantia em dinheiro no valor das casas (que o entrevistado considerou como um acordo não muito vantajoso, já que na concepção do mesmo as casas da localidade não valem nem 5 mil reais). Na sequência, os agentes tiraram fotos e marcaram as casas com uma numeração vermelho, indo embora logo em seguida.

Apenas nesse ano de 2020 agentes do poder público retornaram a localidade para fazer uma pista e calçar a rua Belo Horizonte (rua próxima a residência do entrevistado), marcando novamente as casas com uma numeração vermelha, afirmando que as casas iriam ser removidas e que o valor da indenização permaneceria o mesmo que se foi avaliado em 2014, independente de qualquer melhoria que tenha sido feita nas casas, além que no ano seguinte (2021) seria dado início ao projeto de construção de um canal.

**Figura 5 – Marcação das casas Beira-Mangue II**



**Fonte: O Autor (2020)**

O projeto em questão se refere ao canal do Fragoso, organizado em conjunto pela prefeitura de Olinda e a Companhia Pernambucana de Habitação e Obras de Pernambuco (Cehab-pe). Segundo o site do tribunal de contas do estado (TCE), As obras foram licitadas em 2012 e tiveram início em setembro de 2013, sob a responsabilidade da Cehab, Secretaria das Cidades e Prefeitura Municipal de Olinda, onde atualmente a maior parte das obras é administrada pela Cehab sendo o projeto fiscalizado pelo TCE desde 2014.

Ainda segundo o site do TCE, “O projeto conta com a implantação de três conjuntos habitacionais; duas lagoas de retenção; mais de cinco mil metros de canal revestidos; e um sistema viário com mais de 10 km de vias pavimentadas às margens do canal. Além disso, prevê a desapropriação de 1.500 imóveis e a relocação de 700 famílias residentes em palafitas e casas ao longo do trecho a ser executado”.

O projeto é dividido em cinco etapas; Lagoas de retenção, Canal do Fragoso I, Canal do Fragoso II, Via Metropolitana Norte e os Conjuntos Habitacionais, como vemos a seguir.

**Figura 6 – Projeto de urbanização do Canal do Fragoso**



**Fonte: TCE, 2018**

Ainda segundo o site do TCE, a respeito da motivação do projeto; “A região da Cidade Baixa de Olinda, onde está localizado o rio Fragoso, vem sofrendo com inundações em períodos chuvosos há vários anos. O problema é provocado, principalmente, pela ocupação urbana desordenada que invadiu a bacia do rio Fragoso e resultou no estrangulamento da calha do rio, culminando com a diminuição da sua capacidade de escoamento nos invernos mais chuvosos” (TCE, 2018).

Parte do projeto, mais especificamente a via metropolitana norte, transpassa diretamente as microáreas 4, 5 e 6 da unidade II da Beira-Mangue, como podemos identificar ao comparar a

imagem do projeto com delimitação das microáreas da Beira- Mangue II na imagem abaixo;

**Figura 7 – Estratégia de saúde da família (ESF) Beira-Mangue II**



**Fonte: Diretoria de atenção básica (DAB) de Olinda, 2019**

Tal projeto representa a maior intervenção já feita pelo poder público dentro do complexo Beira-Mangue. Ironicamente, este pode vir a se tratar mais de um projeto de limpeza da localidade do que propriamente por uma ação de integração, na medida que os moradores serão simplesmente realocados da localidade. O projeto aparenta seguir pela mesma tendência já observada em toda região metropolitana do Recife, no que tange a intervenção pública em áreas de comunidade, já abordada anteriormente neste trabalho, a de verdadeiros projetos de limpeza urbana (urbanificação) que simplesmente realoca a pobreza para outras áreas da cidade, sem efetivamente buscar confrontar as desigualdades produzidas pelo processo de crescimento urbano.

Entretanto, também é preciso atentar para a problemática socio-ambiental no Rio Fragoso, que também se apresenta como uma questão que precisa de resolução urgente no que se refere ao controle das inundações que coloca inúmeras famílias habitantes da localidade em condições de risco a sérias doenças. Não é certo se esse projeto seria a única forma de resolver tal questão, provavelmente não é, mas no momento este não é o foco da pesquisa.

Para além do que foi dito pelos dois entrevistados, é importante informar que, em virtude da crise sanitária causada pelo coronavírus, aliada ao fato da pesquisa ter sido feita em período

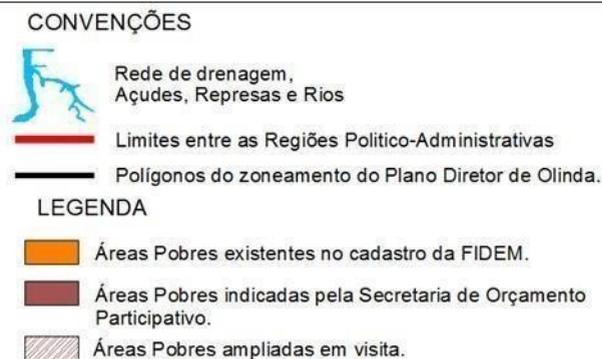
eleitoral, outros moradores antigos de outras áreas da Beira-Mangue II se recusaram a participar da entrevista, limitando as informações acerca do processo de ocupação de outras áreas da localidade, pesando especificamente nas áreas mais próximas a feira de Rio Doce, onde não foi possível encontrar nenhum morador antigo disposto a colaborar com a entrevista. Assim, se fez necessário buscar por meio de outras fontes alguma informação sobre o processo de ocupação dessa área da Beira-Mangue.

Apesar da escassez de informações sobre a região na literatura e nas redes de mídia, além da indisponibilidade dos órgãos públicos em oferecer maiores detalhes sobre a questão, foi possível encontrar matérias de jornais que nos trazem algumas informações interessantes sobre o processo de ocupação dessa área, como no caso a seguir;

[...] é o caso da comunidade Beira-Mangue, hoje denominada Vila Aparecida, localizada na 1ª etapa, que surgiu quando trabalhadores da construção civil e pescadores iniciaram uma ocupação no manguezal, nos anos 1970, enfrentando repressões e lutando pelo direito à moradia. O processo, que durou aproximadamente duas décadas, resultou na vitória dos moradores, cuja grande maioria conseguiu o título de uso da terra e continuou atuando em defesa do processo de estruturação da comunidade, conquistando escolas, posto de saúde, entre outros direitos”. (BARBOSA, 2018).

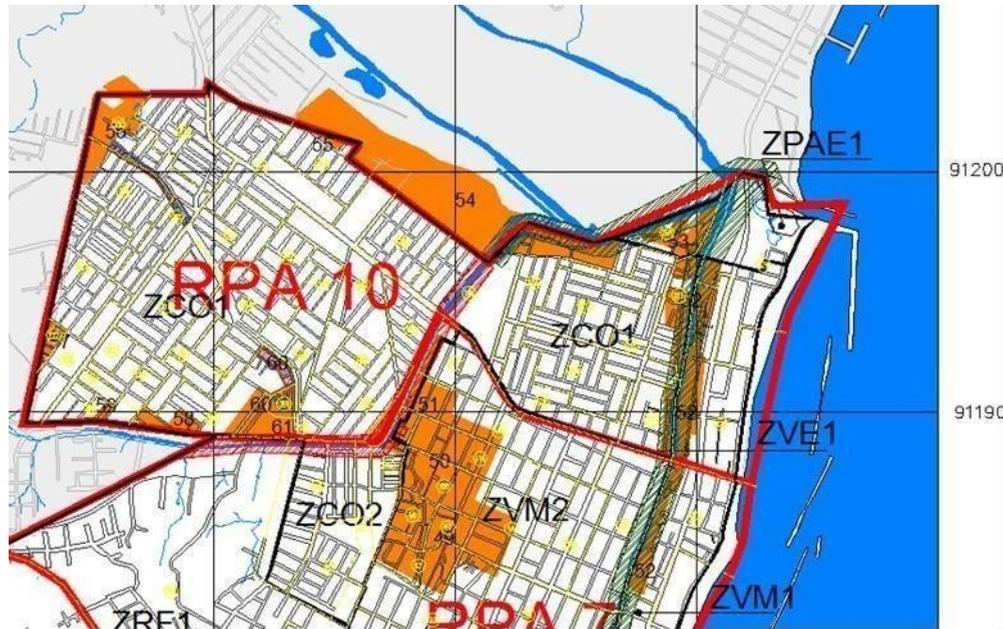
Cabe aqui informar que a região do complexo Beira-Mangue é uma área que possui mais de uma delimitação, a adotada pela pesquisa é a utilizada pela secretaria de saúde do município de Olinda, por se tratar da delimitação mais abrangente e passível de se fazer um estudo comparativo (entre as unidade I e II), todavia, outros recortes usados pelo poder público existem, como observamos nas imagens abaixo;

**Figura 8 - Convenções cartográficas – aglomerados subnormais**



**Fonte: Cadastro de áreas pobres da fundação de desenvolvimento municipal (FIDEM), 2007**

Figura 9 - Aglomerados subnormais – Rio Doce



Fonte: Cadastro de áreas pobres da fundação de desenvolvimento municipal (FIDEM), 2007.

Figura 10 - Lista – Aglomerados subnormais

10	SANTO AMARO	41	VILA DO / MATADOURO ALGODOEIRO
11	SÍTIO DA ILHA	42	BEIRA RIO / SANTA RITA
12	INVASÃO CARANGUEJO	43	CANAL DA GLOBO
13	AGUAZINHA	44	ALTO DA MINA
14	FAVELA DO LIXÃO (REMOVIDA)	45	BULTRINS
15	ALTO DA BELA VISTA (URUBU)	46	ILHA DAS COBRAS
16	ALTO DO CAJUEIRO	47	PRAIA VERDE
17	CÓRREGO DO ABACAXI	48*	BARREIRA (JARDIM ATLÂNTICO)
18	CÓRREGO DOIS CARNEIROS	49	ILHA DE SANTANA
19	ALTO DA BONDADE	50	MANGUE SECO
20	VILA DO TETRA	51	RUA DAS FLORES
21	PASSARINHO	52	BEIRA RIO / RIO DOCE
22	ALTO DO SOL NASCENTE	53	RIO DOCE I
23	LADEIRA DO GIZ	54	VILA APARECIDA
24	CÓRREGO AURELIANO	55	BEIRA MANGUE / RIO DOCE (ñ encontrado)
25	VILA POPULAR	56	COLIBRI / POR DO SOL
26	SÍTIO DOS ARCOS	57	BICA

Fonte: Cadastro de áreas pobres da fundação de desenvolvimento municipal (FIDEM), 2007.

Como podemos observar, as áreas que compreendem a unidade Beira-Mangue II, correspondem a parte da subdivisão 54 (que se encontra parte em Rio Doce e outra parte no Janga) e as subdivisões 53 e 52 do registro de áreas pobres do Fidem, sendo estas respectivamente a partes da Vila aparecida, Rio Doce I e Beira Rio. Esta primeira, citada na

manchete de jornal que nos informa sobre o processo de ocupação de parte da unidade Beira-Mangue II próximas a feira de Rio Doce. Infelizmente informações mais aprofundadas sobre este caso não foram encontradas e a própria questão da Vila Aparecida é bastante problemática, na medida que a comunidade como um todo se encontra em um impasse municipal na medida que apenas uma porção da comunidade se encontra dentro da Beira-Mangue II em Rio Doce (Olinda), e a outra porção se encontra no Janga (Paulista).

Somando essa informação ao o que foi exposto pelos relatos dos entrevistados, podemos concluir que o processo de ocupação da Beira-Mangue II não se tratou de um processo homogêneo, cabendo aqui identificar no mínimo duas formas distintas de como se deu o processo de ocupação da área, uma mais próxima aos entornos da feira de Rio Doce e outra mais próxima da “entrada de Rio Doce” (zona mais próxima do litoral), as chamadas Beira Rio e Rio Doce I.

No primeiro caso, temos um processo marcado por lutas por reconhecimento das demandas populares, sendo inclusive reconhecidas pela prefeitura na medida que a área recebeu reconhecimento enquanto vila, mas que, como se pode observar nas respostas presentes nos questionários apresentados anteriormente no trabalho, ainda demonstra bastante déficit no que tange ao atendimento das demandas populares, onde apenas as questões ligadas a coleta de lixo foram bem avaliadas. O reconhecimento da prefeitura e outros órgãos governamentais de algumas das comunidades da unidade Beira-Mangue II, mais especificamente nas proximidades da feira de Rio Doce (a porção olindense da Vila Aparecida) não se traduziu em melhoras efetivas na acessibilidade dos habitantes aos serviços essenciais, com exceção talvez da coleta de lixo, como o opinião dos habitantes expostas nos questionários demonstra, tão pouco se pode afirmar com base apenas na opinião dos entrevistados que as demais comunidades da Beira-Mangue II (Beira Rio e Rio Doce I) se colocam como zonas sem conflitos com a prefeitura na medida que não é raro os moradores dessas áreas da Beira-Mangue II se mobilizarem para exigir a chegada de serviços básicos, como notamos na manchete de jornal abaixo;

Figura 11 – Manchete de jornal I



ACESSE SUA CONTA

MANIFESTAÇÃO

**Moradores do bairro de Rio Doce realizam protesto por falta d'água**

Segundo populares, a região está sem água há pelo menos 25 dias

**Ana Roberta Amorim**  
Publicado em 09/01/2018 às 21:22



Fonte: Jornal do comércio, 2018

Figura 12 – Manchete de jornal II



ACESSE SUA CONTA

**Ana Roberta Amorim**  
Publicado em 09/01/2018 às 21:22



Segundo populares, a região está sem água há pelo menos 25 dias

**Foto: Foto: Reprodução/Google Maps**

Moradores da Comunidade da Via Mangue, no bairro de Rio Doce, Olinda, no Grande Recife, realizaram um protesto na noite desta terça-feira (9), na Avenida Brasil. O motivo é a falta d'água, que, segundo moradores, não chega às torneiras das casas há pelo menos 25 dias.

Fonte: Jornal do comércio, 2018

Ao que se refere ao processo de formação do bairro de Rio Doce, mais especificamente na unidade Beira-mangue II, notamos que, embora o bairro tenha tido um dado grau de

planejamento, no que se refere aos conjuntos habitacionais construídos pelo projeto das Cohabs, o fluxo migratório de pessoas oriundas tanto do êxodo rural, que se observou em toda região metropolitana do Recife, quanto das antigas comunidades de pescadores e trabalhadores da construção civil, atraídos pela oferta de emprego em virtude dos próprios projetos de habitação urbana, esses últimos especificamente no bairro de Rio Doce, gerou um excedente populacional que o plano das Cohabs não foi capaz de suportar. Tal situação gerou um transbordamento para as terras disponíveis dentro do bairro, é nesse contexto que se dá a ocupação das zonas próximas as margens do Fragoso, se traduzindo na formação das comunidades mais carentes da unidade II do complexo Beira- Mangue.

Mais do que isso, é importante ressaltar que a materialidade da Beira-Mangue II está para enfrentar mais uma nova mudança, talvez a mais radical da história da localidade, com a construção da via metropolitana norte, parte do projeto de urbanização do canal do Fragoso e cujo resultados poderão impactar profundamente na dinâmica da localidade em um futuro próximo. Isso em um contexto de transformações no grande Recife, que nos últimos anos passou a receber um fluxo de novos investimentos imobiliários que vem impactando toda a região metropolitana, inclusive o bairro de Rio Doce, na medida que o bairro, enquanto uma funcionalidade habitacional, vem assistindo a uma série de projetos de construção de condomínios residenciais e novos conjuntos habitacionais, tanto de autoria do poder público quanto do setor privado, seguindo o exemplo dos entornos do município de Paulista. Nesse sentido, podemos especular que a área da Beira-Mangue II está para assistir a mais um dos projetos de limpeza tão característico do processo de expansão urbana da região metropolitana do Recife, como de fato já estamos observando na área da Beira-Mangue II, que será transpassada pela via metropolitana norte.

## **4 PRESENCAS E AUSÊNCIAS DO PODER PÚBLICO NO COMPLEXO BEIRA-MANGUE**

O presente capítulo visa fazer um comparativo entre as presenças e ausências do poder público nas duas unidades do complexo Beira-Mangue, fazendo um comparativo entre ambas.

O capítulo será subdividido entre a estrutura física e uma análise das percepções dos moradores das duas unidades quanto a atuação do poder público em cada unidade, se pautando nas informações obtidas nos questionários e nas entrevistas.

### **4.1 ESTRUTURA FÍSICA**

Um dos principais elementos na paisagem do complexo Beira-Mangue, no que tange a estrutura física sob domínio ou presença do poder público, é a feira de Rio Doce. Planejada desde a planta da primeira COHAB de Rio Doce a feira, que se situa bem nos limites da unidade I da Beira-Mangue com o restante da primeira COHAB de Rio Doce, se estabelece originalmente como um mercado mas que se consolidou mesmo como uma feira aberta, pensada juntamente com lotes comercial bem ao lado para fazer parte de um contexto comercial do bairro, que poderia satisfazer as demandas dos moradores de toda a área próxima. A própria organização da feira se dá pela atuação conjunta da prefeitura de Olinda em parceria com os feirantes, sendo que a própria prefeitura se habilita a fazer reformas na estrutura física da feira como fez recentemente sob a gestão de Lupércio.

**Figura 13 – Planta da primeira COHAB de Rio Doce**



**Fonte: PEPART, 1967**

Eventualmente, como podemos constatar com as respostas oriundas dos questionários, o setor comercial se expandiu na região, sendo um dos principais meios de renda de uma parcela considerável da população da unidade I da Beira-Mangue, e com efeitos consideráveis também na Beira-Mangue II, composta tanto por feirantes que atuam na própria feira de Rio Doce, quanto por pessoas que trabalham nos lotes comerciais já previstos na planta da primeira Cohab e também em pontos comerciais subjacentes compostos por negócios familiares.

Tanto a feira de Rio Doce quanto os demais lotes comerciais favoreceram o florescimento de uma vibrante área comercial na primeira etapa de Rio doce, que tanto satisfaz as demandas locais pelos produtos ali vendidos, quanto geram renda para boa parte da população local. seus reflexos são mais nitidamente bem vistos na Beira-Mangue I, onde quase metade dos que se disseram empregados trabalhavam como feirantes ou atuando no comércio local, sendo uma das áreas de geração de renda mais relevantes identificada, juntamente com os trabalhadores autônomos. Na Beira-Mangue II se foi identificado moradores que também atuam no comércio da região, entretanto a esmagadora maioria da população com fonte de renda se coloca como trabalhadores autônomos, condição que torna difícil de identificar uma espacialização de um local de trabalho fixo, portanto, sem possibilidades de determinar um elo destes trabalhadores com a zona comercial aqui destacada.

Com isso podemos apontar que no mínimo, no que tange a questão de geração de renda, a feira de Rio Doce em conjunto com os lotes comerciais beneficiam consideravelmente mais os moradores da unidade I que da unidade II, no entanto também não podemos desconsiderar que, como ponto de venda de itens de primeira necessidade a preço acessível, o conjunto comercial também beneficia os moradores da unidade II.

**Figura 14 – Feira de Rio Doce I**



**Fonte: O Autor (2020)**

Para além da feira e dos lotes comerciais, outra estrutura importante presente dentro do complexo da Beira-Mangue é a escola estadual Antônio Souto Filho, que também se localiza na unidade I da Beira-Mangue, a apenas poucos metros da feira de Rio Doce, e que também se faz presente na planta da primeira Cohab de Rio Doce, pelo menos enquanto estrutura física, desconsiderando a administração que pode ter sido alteada ao longo dos anos.

Enquanto entidade sob domínio da esfera estadual do poder público, a escola visa oferecer educação de ensino básico a toda uma área de abrangência muito do maior que o complexo Beira-Mangue ou a própria primeira etapa de Rio Doce ou o próprio bairro de Rio Doce, porém se presume que pela localização da escola que ao menos uma parcela considerável de seus estudantes seja advinda do complexo Beira-Mangue, no qual a estrutura da escola está

inserida. Entretanto, em virtude do contexto de pandemia gerada pelo Coronavírus, a escola se encontra fechada e sem poder atender aos visitantes. Em virtude disso não foi possível confirmar o quanto a escola atende à demanda educacional local nem o quanto cada uma das duas unidades da Beira-Mangue são contempladas pela atuação da escola.

**Figura 15 – Escola estadual Antônio Souto Filho**



**Fonte: O Autor (2020)**

A unidade de saúde da família (USF) da Beira-Mangue ( I e II) atende toda a população do complexo Beira-Mangue. Localizada entre as rua 5 e B doze, nos limites entre as unidades I e II da Beira-Mangue. A unidade de saúde cuida do acompanhamento médico para pessoas com doenças crônicas, testes para doenças infecciosas e a promoção da prevenção de doenças no âmbito local, por meio da atuação de agentes de saúde. A própria existência da USF é um reflexo direto do planejamento municipal para cuidar das especificidades do complexo Beira-Mangue como um todo, na medida que o complexo se localiza próximo as margens do Rio Frágoso, com um grande contingente populacional e com boa parte desse contingente em áreas de ocupação irregular, o que demanda da prefeitura um olhar mais atento para essas especificidades. É dessa necessidade de atenção para essa zona específica da primeira etapa de Rio Doce que faz surgir a delimitação da área como Beira-Mangue, que inclusive o trabalho usa como recorte para definir o que é o complexo Beira-Mangue, como explicado na introdução, sendo as unidades I e II subdivisões para se pensar a atuação da unidade de saúde em um



**Figura 17 – Associação de moradores**



**Fonte: O Autor (2020)**

Outra estrutura observada na localidade é a existência de uma praça, que consta na planta da primeira Cohab de Rio Doce como um “espaço verde”. A praça também conta com a presença de um campo de futebol e uma espécie de estacionamento, na medida que também é usada para este fim pelos moradores locais. Localizada também na unidade I da Beira-Mangue, e que serve para fins de entretenimento dos habitantes locais.

**Figura 18 – Praça**



**Fonte: O Autor (2020)**

Por fim o primeiro batalhão da polícia militar, a única estrutura física sob domínio do poder público identificado na unidade Beira-Mangue II. Instalado em dezembro de 1985 na localidade, o edifício serve como sede do primeiro batalhão da polícia militar que organiza e segurança pública no município de Olinda.

Tal edifício não consta na planta da primeira COHAB de Rio Doce, até porque na área em questão não constava nenhum projeto de habitação durante aquele período, no final dos anos 1960, sendo uma construção posterior ao projeto da primeira Cohab de Rio Doce.

A escolha do lugar, no entorno da unidade II da Beira-Mangue, uma área que, como já vimos nos relatos dos moradores e também nos questionários, é caracterizada por uma condição de precariedade no que tange os indicadores sociais e as condições de vida de seus habitantes, sendo portanto uma área propícia a violência urbana e a criminalidade, é um ponto instigante para a problematização no que desrespeito a atuação do poder público para a contenção da criminalidade e nos debates sobre repressão policial. Porém, o que se foi afirmado pelos funcionários do local é que a escolha do lugar não estava diretamente ligado a uma alta criminalidade da região, e levando em consideração a época em que o local foi escolhido como sede da polícia militar, em um contexto de um bairro de Rio Doce ainda em processo de consolidação e expansão, é plausível pensar que a escolha do local possa ter tido mais relação com um planejamento por parte do poder público no que diz respeito à segurança pública do bairro de Rio Doce como um todo e não especificamente com a unidade Beira-Mangue II, que naquela época ainda estava em seus primeiros estágios de ocupação. Como o relato dos entrevistados locais atestam, uma ocupação que remonta pelo menos ao final da década de 1970.

Quanto a atuação policial, as críticas dos moradores estão mais atreladas a diminuição do policiamento nos últimos anos que propriamente a violência policial, e nas manifestações populares mais recentes, o papel da polícia militar se limitou muito mais a manutenção da ordem do que propriamente ligada a casos de repressão. Pelo menos se mostrou assim nos últimos 10 anos, até onde foi possível identificar em matérias jornalísticas, que obviamente só representa uma pequena fração da história da localidade.

Operações policiais de apreensão de drogas e prisão de suspeitos de organizar assaltos e assassinatos dentro do complexo Beira-Mangue (principalmente suspeitos advindos da Beira-Mangue II) foram as notícias de atuação policial mais encontradas ao longo da pesquisa em

manchetes de jornais. Tal atuação se soma as já conhecidas patrulhas que rondam a localidade, sendo essas as principais formas identificadas de atuação por parte da polícia militar dentro do complexo Beira-Mangue.

**Figura 19 – Primeiro batalhão de polícia militar – Duarte Coelho**



**Fonte: Google Maps, modificado pelo Autor, 2020**

#### 4.2 A PERCEPÇÃO DOS MORADORES QUANTO A ATUAÇÃO DO PODER PÚBLICO

Para além da estrutura física observada, as entrevistas com os antigos moradores habitantes da área juntamente com os gráficos desenvolvidos a partir dos resultados dos questionários aplicados, traz ainda mais informações para a identificação das presenças e ausências do poder público dentro do complexo Beira-Mangue.

No que se refere a segurança pública, como já foi previamente abordado, as maiores queixas dos moradores dentro da unidade I da Beira-Mangue se refere a diminuição das patrulhas policiais na localidade, que alguns moradores associam ao aumento da criminalidade, muito embora outros reconheçam que a criminalidade já era um problema mesmo antes dessa diminuição. Criminalidade essa que os moradores da Beira-Mangue I associam como advinda dos moradores da Beira-Mangue II (também chamada de “favela do mangue” ou “favela Beira-Mangue”), ao passo que entre os habitantes da Beira-Mangue II se observa que a problemática não está associada sequer a diminuição das patrulhas policiais, pois os entrevistados estas

raramente entram na localidade, ficando assim muito mais concentradas dentro das avenidas principais que cortam a Beira-Mangue I, o que um dos entrevistados associa a formatação de algumas ruas, que possuem uma estrutura muito mais de becos, tornando difícil a entrada de veículos.

No quadro geral, quando observado os gráficos, notamos que na Beira-Mangue I a segurança pública foi destacada como o item mais deficiente no que tange a oferta de serviços públicos, com 35% dos moradores a destacando como a maior deficiência, já na Beira-Mangue II o item segurança pública é vista como a segunda maior deficiência no que tange a presença do poder público na localidade.

Outro aspecto importante acerca das presenças e ausências do poder público nas duas unidades da Beira-Mangue se refere a questão de saneamento básico e oferta de coleta de lixo, onde nota-se uma divergência no padrão das duas unidades. Enquanto a unidade I possui um cenário de maior presença do poder público no que desrespeito a oferta desses serviços, sendo inclusive a coleta de lixo um dos itens mais elogiados, devido a sua regularidade e eficiência, com a questão sanitária não demonstrando nenhuma grande insatisfação por parte dos habitantes dessa unidade, na unidade II o quadro se inverte, sendo a questão do sistema de saneamento (particularmente a rede de esgoto) o maior problema identificado pelos moradores entrevistados. No que se refere a coleta de lixo nota-se uma dualidade, sendo este item destacado como mais deficiente em algumas áreas da Beira-Mangue II e como o mais eficiente em outras áreas, particularmente nas mais próximas a Beira-Mangue I. A problemática se estende a tal ponto que por vezes os moradores da unidade II da Beira-Mangue já organizaram mobilizações frente a prefeitura para exigir o melhor atendimento na questão sanitária da localidade, que lembrando, é uma área próxima as margens de um rio e que acarreta problemas na saúde da população local em períodos de chuvas.

No quesito saúde, a USF Beira-Mangue atende aos habitantes das duas unidades do complexo, e no que se refere as queixas dos moradores, estas não estão diretamente ligadas a oferta desse tipo de serviço, mas sim a qualidade. Entrevistados das duas unidades se queixaram do atendimento entretanto reconhecem que pelo menos a oferta de um serviço de saúde próximo a eles é um ponto bastante positivo na localidade.

No que se refere a educação, esta não apareceu como grande queixa pelos habitantes da unidade I, já na unidade II, apesar de relatos dos entrevistados afirmarem que existe deficiência,

os mesmos não a especificaram, preferindo se focar mais nas questões ligadas a saúde, segurança e saneamento.

O que fica explícito nos questionários é uma percepção de abandono por parte dos habitantes da Beira-Mangue II, isso fica mais nítido quando observamos que o percentual dos entrevistados que afirmou que nenhuma demanda popular era bem atendida pela prefeitura, e entre os serviços mais mal avaliados, que representam uma ausência do poder público na localidade, são os indicadores referentes a saneamento básico, coleta de lixo e segurança. Entre a unidade I se observa uma maior pluralidade de respostas mas os indicadores de saúde e principalmente segurança são os que mais se destacam enquanto queixa na percepção geral da população.

Dentro do complexo Beira-Mangue como um todo é a questão da segurança pública que se evidencia como maior ausência do poder público dentro do complexo, e enquanto as particularidades de cada uma das duas unidades, se percebe um sentimento muito maior da abandono por parte dos habitantes da Beira-Mangue II que da Beira-Mangue I, onde nesta última mais da metade (60%) dos habitantes entrevistados avaliam que os serviços oferecidos pela prefeitura atendem bem as demandas da localidade em oposição a apenas 10% dos entrevistados na Beira-Mangue II.

A rejeição observada pelos habitantes da unidade II quando questionados a respeito dos serviços que eles avaliam como mais bem atendidos, 65% respondem como nenhum. No geral, o tema segurança pública é o principal ponto em comum na ausência do poder público nas duas unidades, entretanto, cabe aqui ressaltar que até mesmo nessa deficiência em comum, existem diferenças entre as duas unidades, na medida que, enquanto na Beira-Mangue I as queixas estão ligadas a diminuição da patrulha policial que lhe ofereceria segurança de um problema que os moradores identificam como oriundo da unidade II (nesse caso, a violência urbana), na unidade II as queixas se referem a uma segurança pública que nunca chegou dentro da localidade, e que quando adentra vem na forma de operações policiais para identificar e localizar suspeitos e criminosos, mas sem efetivamente haver um trabalho comunitário com a localidade.

Para além do ponto em comum com a violência urbana, outro ponto em comum foram as críticas a saúde pública, que, como já afirmado anteriormente, produz um sentimento misto, tanto de satisfação por haver esse tipo de atendimento público próximo, quanto de insatisfação

no que diz respeito a qualidade do atendimento. Nos demais itens, se nota que as unidades I e II se diferenciam completamente uma da outra, com a unidade I experimentando algo minimamente próximo a um bem estar social, no que se refere as presenças do poder público, enquanto a Beira-Mangue II experimenta uma sensação de abandono.

## 5 CONCLUSÕES

A partir do que foi exposto ao longo da pesquisa, podemos afirmar que a população de todo o complexo Beira-Mangue apresenta um perfil socioeconômico de baixa renda, com grande parcela da população sobrevivendo com até um salário mínimo de renda familiar, onde na unidade I da Beira-Mangue ainda se foi possível identificar moradores com um perfil de renda mais elevado, mas em números insuficientes para que se possa classificar tal localidade como de renda média. Essa constatação é ainda mais evidente quando se observado os dados da Beira-Mangue II, onde sequer foi identificado moradores com uma renda acima de um salário, evidenciando uma situação ainda mais precária que a observada na Beira-Mangue I. Essa situação se repete quando observada a questão da escolaridade e informalidade que dominam o perfil socioeconômico das duas unidades, novamente com a Beira-Mangue II obtendo os piores resultados ao mesmo tempo que tal constatação não implica afirmar que se foi possível encontrar um padrão de vida elevado na Beira-Mangue I, longe disso, a informalidade e a baixa qualificação profissional está presente de forma dominante em todo o complexo Beira-Mangue, o que nos leva a constatar que as desigualdades observadas são muito mais reflexo de uma atuação diferenciada por parte do poder público e do próprio processo diferenciado de ocupação que se deu em cada uma das unidades que efetivamente de alguma grande diferenciação entre o perfil socioeconômico dos próprios habitantes.

Com um baixo poder de compra, a população de todo o complexo Beira-Mangue não se configura como um grande agente consumidor que possa tornar aquele dado espaço atrativo o suficiente para que grandes agentes do capital tenham interesse em intervir na produção urbana da localidade, assim, é o poder público bem como os próprios habitantes que configuram como os principais agentes na produção socioespacial dentro do complexo Beira-Mangue.

As duas localidades também não possuem fábricas, qualquer forma de produção local se dá por vias artesanais, além é claro do já exposto setor familiar de comércio e serviços, dessa forma, os meios de produção (a nível local) também não se apresenta como um dos grandes agentes produtores do espaço urbano nas duas localidades, o que nos leva a constatar que a produção do espaço urbano das duas unidades é hegemonicamente feita pelos dois grandes agentes anteriormente apresentados, o poder público e os grupos socialmente “excluídos”. É na dominância de um desses agentes em detrimento do outro que se observa a gênese da diferenciação espacial observada nas duas

unidades, uma Beira-Mangue I com maior atuação do poder público na produção de seu espaço urbano, que impacta diretamente na forma como seus habitantes fazem uso e reproduzem sua vida social nesse dado espaço e uma Beira-Mangue II com menor atuação do poder público e conseqüentemente uma maior atuação dos grupos socialmente “excluídos” na produção daquele espaço.

Revisando o processo histórico de formação das duas unidades, a constatação de que, dentre todos os agentes produtores do espaço urbano apresentados pela literatura, são os grupos socialmente “excluídos” e o poder público os principais orientadores da produção socioespacial no complexo Beira-Mangue fica ainda mais nítida, na medida em que se observa nas entrevistas com os moradores mais antigos das duas unidades a forte atuação do poder público na produção do espaço urbano da unidade I da Beira-Mangue, seja desde o projeto da primeira Cohab de Rio Doce, seja no histórico de atuação por parte da prefeitura na melhoria da estrutura material do local, onde também a organização dos populares frente a prefeitura teve papel fundamental na produção daquele dado espaço, sendo assim o poder estatal o maior responsável pela produção do espaço urbano na unidade I da Beira-Mangue. Na unidade II da Beira-Mangue, o que foi constatado foi uma participação consideravelmente menor do poder público, tendo os moradores locais, os socialmente “excluídos” do processo de urbanização, os principais agentes na constituição material do espaço urbano. Desde os processos de aterramento e construção das primeiras residências, até as eventuais melhorias nas estruturas de muitas das casas que se deu ao longo do tempo, com a atuação da prefeitura agindo de forma muito mais pontual no reconhecimento de uso da terra de algumas das comunidades que compõe a Beira-Mangue II.

Tal processo de produção do espaço urbano das duas unidades não deve ser pensado fora de seu contexto local, um contexto de formação do Bairro de Rio Doce enquanto um projeto habitacional idealizado pelo poder público para comportar a crescente população urbana de uma metrópole recifense em expansão, que fracassou em absolver o público a quem se pretendia contemplar, gerando a exclusão de certos grupos sociais, no caso de Rio Doce, as antigas comunidades de pescadores os próprios trabalhadores da construção civil que se virão desempregados após o término das obras (como foi trazido pela reportagem do Brasil de Fato), além é claro de grupos de pessoas advindas da zona da mata, atraídas pela oferta de emprego na cidade grande (como foi demonstrado nas entrevistas) do projeto de cidade que se estava sendo pensada.

Neste contexto de formação do bairro de Rio Doce, os grupos que não foram contemplados pelas políticas habitacionais se viram forçados a eles próprios tomarem os rumos da adaptação das terras disponíveis (em terrenos irregulares, próximo às margens do Rio Fragoso) para a reprodução de sua vida social e sua própria subsistência, transformando o espaço em questão por meio de seu próprio trabalho, organizado paralelamente a qualquer órgão estatal de planejamento, e produzindo a espacialidade onde vivem, adaptando-a a suas necessidades e criando uma grosseira diferenciação espacial frente as demais áreas do bairro planejadas a partir do projeto das Cohabs e ampliadas pela gestão municipal. Observamos nesse processo uma lógica diferente de produção do espaço, que surge das imposições materiais para se perpetuar a subsistência desses grupos excluídos e não contemplados pelo planejamento estatal. Tendo que lidar com uma grande limitação de recursos técnicos em meio a um terreno irregular, seguindo bem a tendência observada em toda região metropolitana do Recife, gerando o tipo de ocupação precária que encontramos hoje na Beira-Mangue II, em um processo marcado por lutas e resistências primeiramente pelo direito à terra e que se estende até os dias de hoje pelo acesso aos serviços públicos, onde notamos no mínimo dois processos em que se organizaram essas lutas e reivindicações, uma mais ativa na área da Beira-Mangue por trás da feira de Rio doce (porção olindense da Vila aparecida) e outra menos incisiva na região mais próxima a entrada de Rio doce (Beira Rio e Rio doce I).

O que também se observa é que mesmo após as primeiras ocupações da Beira- Mangue II já terem se efetivado, pouco foi feito por parte da prefeitura para integrar a localidade, e quando feito, foi oriundo da pressão popular dos habitantes locais, para exigir o reconhecimento da área pela prefeitura e a chegada de serviços essenciais, que ainda hoje são inexistentes ou negligentes em muitos pontos da Beira-Mangue II, gerando um quadro geral de negligência por parte do poder público para lidar com as demandas básicas da população dessa área.

Tal situação de negligência condena a Beira-Mangue II a um status diferenciado da Beira-Mangue I, pois como já observado anteriormente, o padrão de vida dentro da Beira-Mangue I também não é elevado, apesar de ainda melhor do que o identificado na Beira-Mangue II, estes apenas contaram com um grau mais elevado de atuação por parte do poder público, que conseguiu prover uma situação de considerável bem estar na localidade, na medida que os serviços públicos conseguem adentrar e atender as demandas locais da unidade, quadro que não se é observado na unidade II, gerando uma situação de diferenciação até mesmo a nível

de identidade, na medida que se estabeleceu entre os populares a ideia de que a Beira-Mangue seria exclusivamente o contexto das habitações mais precárias nas zonas próximas ao Rio Frágoso, o que muitos moradores da unidade I da Beira-Mangue denominam como “a favela do mangue/Beira-Mangue” (se referindo ao que entendemos pela Beira-Mangue II). Tal compreensão também é observada entre os habitantes da Beira-Mangue II, onde cerca de 55% dos entrevistados reconheceram a localidade apenas como Beira-Mangue.

Ao se observar melhor a dinâmica entre as unidades I e II da Beira-Mangue (e também de todo o contexto do bairro de Rio Doce), foi descartada a hipótese de segregação espacial acometida para com os habitantes da Beira-Mangue II, pois se foi observado que, apesar da diferenciação espacial, os habitantes da Beira-Mangue II não se veem efetivamente segregados dos espaços da Beira-Mangue I ou do restante do bairro de Rio Doce, justamente pelo fato do bairro carregar uma configuração de renda mais baixa, que não torna a mobilidade e acessibilidade dos espaços inalcançáveis ou muito dificultosos aos habitantes da Beira-Mangue II, pois mesmo que a concentração de estruturas físicas e de valor se encontrem em outras áreas do bairro que não na Beira-Mangue II, tais estruturas são majoritariamente públicas ou focadas no atendimento das camadas populares. São praças públicas, unidades de saúde públicas, mercado popular etc... o que pode ser observado são algumas exceções, como escolas privadas, residenciais fechados e redes privadas de supermercado como o todo-dia (que foca no público de classe média baixa do bairro) ou os problemas de custo de vida que acomete por inteiro toda a população do bairro (como as tarifas de ônibus) e que pesa abusivamente na população de baixa renda como um todo, mas que não se configuram efetivamente como uma situação de segregação especificamente para com os habitantes da Beira-Mangue II com o restante do bairro, o que se constata é uma ausência consideravelmente mais acentuada do poder público especificamente na unidade II da Beira-Mangue, que, como também uma população de baixa renda, se vê muito mais desamparada e a mercê dos problemas sociais e da desigualdade característica do modo de produção capitalista.

Com isso se conclui que a ausência/negligência da atuação do poder público simplesmente colocou essa população quase que a própria sorte, em um estado de vulnerabilidade muito mais latente que o que se pode ser observado na unidade Beira-Mangue. Todavia, o trabalho não descarta a hipótese de as transformações que estão em curso no bairro, da vinda de empreendimentos habitacionais públicos e privados que estão sendo planejados

dentro do bairro (talvez influenciados por empreendimentos da mesma natureza no município de Paulista) e das novas políticas de reconfiguração do espaço urbana, como o caso do canal do Frágoso (que pelo menos da forma que vem sendo conduzida até o momento, apresenta um potencial muito maior de se tratar de um projeto de urbanificação que de integração urbana) reestruturarem a dinâmica urbana do bairro de tal forma a vir gerar esse cenário de segregação espacial, apenas está sendo constatado que até o momento não se foi identificado indicadores suficientemente fortes para que se possa afirmar a existência de um quadro de segregação espacial para com a Beira-Mangue II.

O processo de formação socioespacial da Beira-Mangue II é um processo que pode ser definido pelas consequências da exclusão social, do transbordamento dos problemas de habitação e do descarte de seres humanos perpetuado por uma lógica perversa e profundamente contraditória de produção do espaço urbano dirigido pelo grande capital e do fracasso do poder público em representar os interesses das camadas populares frente ao projeto de cidade imposto pelos interesses das camadas dominantes da sociedade, uma cidade pensada para a efetivação da acumulação capitalista invés da realização humana, onde aos grupos não contemplados por esse projeto de cidade só resta organizar suas forças para produzir um espaço mínimo de subsistência em meio a condições adversas e a profunda desigualdade que lhes cerca, onde a resistência é a única via de lhes garantir a sobrevivência diária e a mobilização o único meio de se barganhar perante um estado, que parece os ignorar, alguma forma de melhora das condições de vida.

É dessa relação de conflito que emerge a espacialidade da Beira-Mangue II, não apenas dela, como também de muitas outras comunidades em toda a zona metropolitana do Recife e em todo o mundo, tendo em vista que o capital opera em níveis globais, sendo o caso da Beira-Mangue II apenas mais um desses casos.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABC HABITAÇÃO, 2020. Disponível em:

<<http://abc.habitacao.org.br/conheca-a-abc/historico/>> Acesso em 29 de nov. 2020.

BARBOSA, Marcos. Rio Doce, em Olinda, inspira arte e resistência. **Brasil de Fato**, 2018. Disponível em: <https://www.brasildefatope.com.br/2018/09/20/rio-doce-em-olinda-inspira-arte-e-resistencia/> / Acesso em 24 nov. 2020.

BASTOS, José Messias; CASARIL, Carlos Cassemiro. **A formação sócio-especial como categoria de análise aos estudos sobre rede urbana: ampliando a discussão teórica**. Geosul 31.62, 2016. Disponível em: < <https://www.periodicos.ufsc.br/> > Acesso em 24 nov. 2020.

CABRAL, Augusto Antonio Campelo. **Reassentamentos de moradias populares: controle social, justiça social-territorial ou produção do espaço de cidadania (1980 a 2012): o caso da comunidade Chão de Estrelas-Recife/PE (Brasil)**. Dissertação de mestrado, Universidade Federal de Pernambuco, 2013. Disponível em: Repositório Ufpe < <https://repositorio.ufpe.br/bitstream/123456789/10646/1/Tese%20Augusto%20ACCabral.pdf> > Acesso em 2 de nov. 2020.

SANTOS, Otávio Augusto Alves dos. **Cidade, urbano e movimentos: sobre a formação do urbano e a ação dos grupos socioespaciais “excluídos”–um olhar sobre Recife/PE**. **Revista Geotemas** 2.1, 2012. Disponível em: < <https://natal.uern.br> > Acesso em 1 de nov. 2020.

IBGE, 2018. Disponível em: > <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pe/olinda/panorama>< Acesso em 21 de nov. 2020.

LAI-PE (2019). Disponível em: <https://www.lai.pe.gov.br/cehab/> Acesso em 29 de nov. 2020. Marx, K. **Manuscritos econômico-filosóficos**. Boitempo Editorial, São Paulo, 2015.

SANTOS, R. P. dos; PACHECO, C. S. G. R. **Crescimento desordenado, segregação social nas cidades médias brasileiras: o caso da cidade de Juazeiro Bahia/Brasil**. *Revista Brasileira de Geografia Física* 5.5, 2013. Disponível em: <<http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal14/Geografiasocioeconomica/Geografiaurbana/066.pdf>. > Acesso em 15 de nov. 2020.

TCE, 2018. Disponível em: <https://www.tce.pe.gov.br/especial50/canal.html> Acesso em 24 de nov. 2020.